

## ATA Nº3/2020

### ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE JUNHO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE. -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, pelas dezassete horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, em formato misto: no edifício dos Paços do Concelho, de forma presencial, e videoconferência ao abrigo do disposto no n.º 3, do artigo 3º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março.-----

----- Nos termos da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, republicada pela Lei n.º 4-B/2020, face às medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, nos termos do artigo 3.º, a presente sessão ordinária respeita à sessão ordinária de abril, que se poderia realizar até 30 de junho de 2020, e simultaneamente à sessão ordinária de junho, congregando-se ambas as sessões. ----

----- A sessão ordinária terá a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo A)-----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 02/2020 referente à sessão extraordinária de 2020.05.15 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- **01.04** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **01.05** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **01.06** – Apresentação e apreciação dos projetos vencedores da AJO 2020 -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo B-2)-----

----- **02.01** – Apreciação e votação da proposta camarária – Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referentes ao ano económico de 2019. -----

----- **02.02** – Ratificação da proposta camarária – medidas de apoio às instituições, às famílias e às empresas no âmbito do COVID-19. -----

- **02.03** – Ratificação da proposta camarária – medidas de apoio social e de natureza financeira – Lei n.º 6/2020, de 10 de abril. -----
- **02.04** – Ratificação da proposta camarária – proposta de suspensão do pagamento de rendas de espaços municipais. -----
- **02.05** – Ratificação da proposta camarária – tarifa fixa de água – medidas de apoio no âmbito do COVID-19. -----
- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – alteração ao Regulamento das Zonas e Parques de Estacionamento Tarifado. -----
- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – requalificação do edifício do Mercado de Fátima – proposta de protocolo. -----
- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Atletismo de Santarém – calendário para a época desportiva 2019/2020. -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – contratação de empréstimo de longo prazo. -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – 1.ª alteração ao mapa de pessoal – 2020. -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – Regulamento Municipal de Uso de Fogo e de Limpeza de Terrenos. -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Urqueira – proposta de protocolo. -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Fátima – proposta de protocolo. -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Seiça – proposta de protocolo. -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – renovação do contrato de comodato com a Freguesia de Seiça. -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Vasco da Gama – proposta de protocolo -----

----- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – P057/2020 – Centro de Recolha Oficial de Ourém (Canil/Gatil). -----

----- **02.18** – Apreciação e votação da proposta camarária – P063/2020 – criação do passadiço do Agroal. -----

----- **02.19** – Apreciação e votação da proposta camarária – pedido de isenção de taxas – processo n.º 280/2018, da Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- **02.20** – Apreciação e votação da proposta camarária – atividades de enriquecimento curricular – 1.º ciclo do ensino básico – ano letivo 2020/2021. -----

----- **02.21** – Apreciação e votação da proposta camarária – programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar – ano letivo 2020/2021. -----

----- **02.22** – Apreciação e votação da proposta camarária – refeições escolares – ano letivo 2020/2021. -----

----- **02.23** – Apreciação e votação da proposta camarária – programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico – ano letivo 2020/2021. -----

----- **02.24** – Apreciação e votação da proposta camarária – transporte escolar dos alunos do pré-escolar, dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário/profissional – ano letivo 2020/2021. -----

----- **02.25** – Período de intervenção aberto ao público. -----

----- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores:-----

----- De forma presencial, no edifício dos Paços do Concelho: -----

----- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente -----

----- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.ª Secretária -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira – 2.º Secretário -----

----- José Manuel Pereira Alho – representante do grupo municipal do Partido Socialista ----

----- Martim José Rosado Borges de Freitas – representante do grupo municipal do CDS-PP -----

----- Helena Santos Pereira – representante do grupo municipal Movimento Independente  
MOVE -----

----- Nuno Manuel Pinto Dias -----

----- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----

----- Estela José Nunes Silva -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Paula Cristina de Oliveira Martins -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º  
169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fizeram-se substituir os seguintes membros  
eleitos da Assembleia Municipal: -----

----- Manuel Dias das Neves, eleito na lista PS, foi substituído pelo senhor **Samuel dos  
Reis Baptista** -----

----- Por videoconferência: -----

----- António Ribeiro Gameiro -----

----- Alexandre Manuel Gaspar Faria -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

----- Alberto José Pires Caveiro -----

----- Nuno Miguel Neves dos Prazeres -----

----- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----

----- Vanessa Cristiana Gomes Ferreira -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º  
169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fizeram-se substituir os seguintes membros  
eleitos da Assembleia Municipal, participando por videoconferência: -----

----- Catarina Borges Faria, eleita na lista PS, foi substituída pela senhora **Susana  
Margarida Vieira Major Oliveira** -----

----- Avelino da Conceição Subtil, eleito na lista PS, foi substituído pelo senhor **Vitor  
Oliveira Santos** -----

----- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, senhores: -

----- De forma presencial, no edifício dos Paços do Concelho: -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco – representante do grupo municipal do Partido Social Democrata -----

----- Freguesia de Caxarias – Filipe de Frias Antunes da Graça -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Por videoconferência: -----

----- Freguesia de Atouguia – António Henriques Pereira -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Seiça – Custódio de Sousa Henriques -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Abílio Gameiro Rodrigues -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – Fernando de Oliveira Ferreira -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----

----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fizeram-se substituir: -----

----- Freguesia de Alburitel – Tesoureiro, **Filipe Borges Cortez** -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Tesoureiro, **Susana Margarida Santos Costa Pereira** -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----

----- De forma presencial, no edifício dos Paços do Concelho: -----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Por videoconferência: -----

----- Senhores Vereadores em regime de permanência: -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

----- Por videoconferência: -----  
----- Cília Maria de Jesus Seixo -----  
----- José Augusto Dias dos Reis -----  
----- Estela Augusta Rito Ribeiro -----  
----- Não compareceram os Vereadores em regime de permanência: -----  
----- Natálio de Oliveira Reis -----  
----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----  
----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezassete horas e dez minutos. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----  
----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA – (grelha Anexo A)**-----  
**01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº02/2020 REFERENTE À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2020.05.15** -----

-----O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na referida sessão.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.**-----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou ainda do seguinte: --  
----- Comunicação da LCA – Leal, Carreira & Associados SROC Lda., remetendo o “Parecer Auditor Externo – 2019”, relativo à prestação de contas 2019, o qual foi remetido aos representantes dos grupos municipais com assento na Assembleia Municipal. -----

----- Ofício da Prefeitura Municipal de Ourém-Pará, Brasil, remetendo cumprimentos por ocasião do dia 20 de junho feriado do Município de Ourém. -----

----- Convite da ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima em parceria com o Santuário de Fátima e a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, para a cerimónia de “APRESENTAÇÃO DA IMAGEM COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DA PRIMEIRA ESCULTURA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA”, ocorrida no dia 17 de junho 2020. -----

----- Sobre esta cerimónia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que foi feito um número limitado de peças, tendo sido oferecida à AMO a peça n.º 5, de uma edição limitada de vinte e cinco mil, a qual foi exposta na sala de sessões, conforme se pode verificar. Conforme disse, esta Imagem, e cita-se “Idealizada a partir da necessidade de dar corpo a uma devoção que desde 1917 não parava de crescer, a escultura de Nossa Senhora de Fátima, cem anos depois da sua criação, transformou-se num dos mais importantes ícones do catolicismo contemporâneo.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO, expôs o seguinte: “Eu também estive presente na cerimónia, como convidado, com muita honra. -----

A questão que coloco é de fórum exclusivamente institucional, respeitando, obviamente, as questões de fé que cada um de nós partilha ou não. -----

A afixação da estatueta comemorativa é com carácter provisório, nesta sala, atendendo a este momento de lançamento, ou pretende ter um carácter definitivo? -----

Se for pela segunda questão, com carácter definitivo, penso que há aqui uma confusão entre aquilo que é o laicismo da administração pública, do Estado, num aspeto. Por outro lado, haveria também aqui uma menoridade. Mesmo dentro dos parâmetros católicos, alguma menoridade relativamente a outros símbolos dessa religiosidade que também teriam de estar aqui presentes. Recordo, por exemplo, o São Nuno de Santa Maria; a Santa Teresa do Zambujal, entre outro conjunto de situações, sendo eu, claramente defensor pessoal de que deve haver uma separação simbólica e que, neste caso concreto, se não está pensado, a Assembleia deveria ter um espaço próprio onde essas figuras do sagrado, no âmbito do domínio da fé, deveriam estar colocadas fora deste espaço mais institucional e administrativo.”

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Relativamente à devoção de cada um e a forma como pretendem encarar a peça que está exposta na sala de sessões, a cada um caberá a sua devoção e a forma de interpretação daquilo que está presente. -----

Não considero que seja comparável com qualquer outro dos exemplos que foram dados, até porque o simbolismo que Fátima tem no concelho de Ourém, nenhum outro Santo tem da mesma forma, até pela importância social, cultural, histórica, económica, a todos os níveis, nenhuma dessas tem a mesma envergadura, nem a mesma dimensão. -----

Da mesma forma como algumas peças de arte, basta olhar ao vosso redor, ou outros símbolos que estão na sala de sessões, como o Brasão Municipal que foi oferecido por um artista local, como outras situações que vão estando expostas no Município, até o IV Conde de Ourém que está à entrada do Município de Ourém, quando entramos no edifício da Câmara Municipal, do lado direito, e nunca ninguém o questionou, parece-me a mim que a imagem de Nossa Senhora de Fátima, a imagem magra de uma das nossas principais freguesias do concelho de Ourém, ficará e bem, perpetuamente, nesta sala de sessões. -----

A devoção, a cada um, caberá dar a devoção que queira. Enquanto for Presidente desta Assembleia Municipal e tiver à minha responsabilidade o que estiver exposto nesta sala, ficará ali exposta e, no futuro, se alguém a quiser retirar, será livre de o fazer.” -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**01.03 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: -----

“**Excelentíssimos** -----



**Senhor Presidente da Assembleia Municipal** -----

**Senhora Vereadora e Senhores Vereadores** -----

**Senhoras e Senhores Deputados Municipais** -----

**Comunicação Social** -----

**Minhas Senhoras e meus Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão *online*, que estamos a realizar através das redes sociais.** -----

A todos pretendo saudar, com a cordialidade de sempre e no melhor espírito democrático, apanágio desta Casa e na qualidade de representantes eleitos pelos nossos concidadãos. -----

Todos decerto lamentamos, os termos em que os trabalhos têm decorrido, por força da crise sanitária, que também em Ourém nos afetou de forma contundente, nomeadamente aos níveis social e económico. -----

Durante este período o executivo municipal, procurou sempre, e de forma pró-ativa, responder às situações suscitadas e tomou as medidas que considerou necessárias, em cada momento, para procurar conter, na medida do possível, a propagação do vírus. -----

Paralelamente foram delineadas estratégias, e executadas ações, com o objetivo único de minorar as dificuldades emergentes a nível social e económico, e dirigidas prioritariamente às Famílias, IPSS, Bombeiros e Empresas, tendo para o efeito tomado algumas medidas das quais entendo salientar as seguintes. -----

Em relação às IPSS: -----

O valor das mensalidades, dos meses de abril e maio, normalmente pago pelos encarregados de Educação para as Atividades de Animação e Apoio à Família e Componente de Apoio à Família, foi participado em 75% pelo Município, num valor superior a 150 mil euros -----

O valor da participação do Município referente ao prolongamento das Atividades de Animação e Apoio à Família foi mantido, assim como a participação referente aos almoços, num montante que ascendeu a cerca de 60 mil euros. -----

Foi decidido o alargamento da medida, à valência de Creche, novamente com uma participação municipal de 75% incidente no valor das mensalidades de abril e maio, o que representou um apoio às instituições, e por inerência aos pais, na ordem dos 110 mil euros. ----

Foi também deliberada, a atribuição de uma verba de 1.000€ a cada IPSS, para aquisição de material de proteção, perfazendo um total de 33 mil euros; -----

Também em relação ao tecido empresarial, foram tomadas algumas medidas, que passo a especificar: -----

A antecipação dos pagamentos aos fornecedores do Município, para um prazo inferior a 20 dias; -----

A isenção do pagamento de terrados no Mercado Municipal de Ourém, nos meses de abril e maio. -----

A assunção pelo Município do pagamento ou comparticipação das tarifas fixas da água, saneamento e RSU, nos meses de abril e maio, assim como a isenção do pagamento de taxas de esplanada (ocupação do espaço público) durante os anos de 2020 e 2021, para empresas sediadas no concelho de Ourém e que vêm hoje a esta assembleia, para análise e aprovação de Vossas Exas, dos processos formalizados e já concluídos. -----

Já as rendas dos espaços concessionados pelo Município, foram suspensas durante os meses de março, abril e maio, para empresas comerciais com sede no concelho de Ourém. -----

A Câmara Municipal aprovou também, um conjunto de medidas, através das quais se propôs apoiar as famílias oureenses afetadas pela crise económica e financeira provocada pelo flagelo da Covid-19. -----

Neste contexto, o Município assumiu o pagamento de 50% da tarifa fixa da água e do total da fatura do saneamento e RSU, nos meses de abril e maio, para as famílias que tivessem, por força do encerramento das escolas, de ficar a acompanhar os filhos e que tenham tido perda de rendimentos, sendo que esta medida foi extensível às famílias com dependentes com deficiência. -----

Quanto às famílias que perderam rendimentos na sequência do despedimento de algum elemento do agregado familiar, por força da pandemia estas beneficiaram do pagamento de 100% das tarifas fixas de água, saneamento e RSU. -----

Foi efetuado o reforço dos mantimentos no Centro Comunitário, num montante de 1500,00€ até à data, de forma a fazer face às necessidades, assim como foi disponibilizada uma linha de apoio psicológico. -----

O Executivo deliberou, igualmente, a antecipação do pagamento da 2.<sup>a</sup> tranche do Apoio à Natalidade para o mês de abril, tendo ficado também garantido o pagamento de 100% das tarifas fixas da água, saneamento e RSU, para as famílias com tarifas sociais e famílias numerosas. -----

Os alunos do escalão A e B, da Ação Social Escolar tiveram e têm “acesso às refeições escolares, inclusive no período de interrupção escolar”, na mesma medida em foi assegurado aos “sem abrigo” o fornecimento de refeições diárias. Até ao momento foram distribuídas cerca de 4120 refeições e fornecidos 140 cabazes alimentares. -----

Foram disponibilizados, em estreita articulação com os agrupamentos de escolas e colégios, e em tempo diria, *record*, 329 computadores e 252 *hotspots* para alunos carenciados e sem acesso à internet, num investimento superior a 60 mil euros. -----

Já no período de desconfinamento e decorrente da reabertura do ensino secundário, disponibilizámos transporte gratuito a todos estes alunos, num serviço personalizado e quase porta a porta, e com um custo superior a 50 mil euros. -----

Das preocupações que sentimos com os nossos idosos mais isolados e sem suporte familiar, em articulação com IPSS, juntas de freguesia e GNR, foi efetuado o levantamento de todos os casos, tendo sido realizadas visitas periódicas e, nos casos de necessidade, procedeu-se à aquisição de produtos alimentares e/ou farmacêuticos. -----

Para os Bombeiros do nosso concelho, foi adquirido e fornecido material de proteção, de acordo com as necessidades apresentadas, tendo sido disponibilizada uma verba complementar de 2.500 euros para cada corporação do concelho, para fazer face às despesas correntes. -----

Ainda neste contexto, e como medida de apoio à cultura e ao associativismo, refiro que foi antecipado o pagamento da primeira tranche do subsídio de apoio, após a entrega das respetivas candidaturas, de forma desmaterializada; -----

Levamos também a cabo, inúmeras ações de desinfeção de espaços públicos mais frequentados e/ou propícios à aglomeração de munícipes, ao abrigo das Medidas referenciadas. -----

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais** -----

Em contexto diferenciado, mas com largo alcance, o executivo municipal expôs, também, aos órgãos de soberania, uma tomada de posição sobre o impacto económico da Covid-19 em Fátima, com um conjunto de propostas dirigidas ao Governo e que poderão ser replicadas para outros agentes económicos. As propostas referiam-se, especificamente, à área do turismo, setor da sociedade portuguesa especialmente afetado pela redução das receitas turísticas, sendo notória a preponderância de Fátima neste enquadramento, pela singularidade do turismo religioso. -----

Durante os tempos mais recentes, avançámos com outras iniciativas, nomeadamente, o processo de distribuição gratuita de máscaras de proteção reutilizáveis, pela população residente no concelho. -----

Foi assim que distribuámos mais de 35 mil máscaras por todo o espaço municipal. -----

Quanto aos testes de despistagem de Covid-19 em instituições de solidariedade social, Corpos de Bombeiros, Forças de Segurança, creches, lares de idosos e funcionários, foram realizados mais de 2000 testes, permitindo que as equipas clínicas pudessem testar as situações mais suscetíveis de contaminação, ou, em contacto com situações de risco. -----

De referenciar também, a criação de uma bolsa informal de voluntários, para prestar apoio na medida das necessidades identificadas e no contexto da pandemia. -----

Concluindo este vasto dossiê, quero deixar uma palavra de grande apreço, para as mulheres e os homens que, durante este período mais conturbado, se mantiveram no seu posto e refiro-me expressamente aos profissionais de saúde e aos trabalhadores dos serviços essenciais, nos quais incluo os funcionários municipais, que contribuíram, de forma decisiva, para que as medidas preconizadas pelos serviços de saúde à escala governamental e pela administração municipal, produzissem os efeitos pretendidos, sempre a bem das populações que todos servimos. -----

Quero referir-me, também, a todos os autarcas deste concelho, que têm emprestado o seu esforço e dedicação pessoais à grande causa do poder local, missão que todos têm desempenhado sem margem para reparos menos abonatórios, antes com referência para um trabalho meritório e frutuoso, que todos reconhecemos e valorizamos. -----

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais** -----

Esta intervenção já irá longa, mas não poderia deixar de transmitir a esta câmara algumas situações, que foram objeto de decisão do executivo que me cumpre comunicar a Vossas Exas. -----

- Como é do vosso conhecimento, o troço entre a rotunda norte de Fátima e o limite do concelho, continua a ser um dos principais acessos rodoviários e pedonais a Fátima e assume especial relevância nos períodos de peregrinação até ao Santuário de Fátima. A requalificação, orçada em cerca de 2 milhões e 200 mil euros, tem um prazo de execução de 10 meses e contará com financiamento exclusivo do Município, estando neste momento a decorrer o procedimento concursal que pensamos possa estar concluído no início do próximo outono. -----

Por outro lado, a requalificação da ligação da Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9, é fundamental para a dinamização desta zona industrial, que tem, recentemente, sofrido vários investimentos para responder às necessidades do tecido empresarial local, regional e nacional. Este projeto representa um investimento municipal de, sensivelmente, 2 milhões e 620 mil euros, com início previsto em outubro de 2020 e com um prazo de execução de 10 meses. Estes melhoramentos, realizados na ligação da Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9, deverão constituir o ponto de partida para uma futura e desejada requalificação, em plenitude, da E.N. 356 até à Vila de Freixianda. -----

- Arrancou também a construção da Ecovia Fátima-Ortiga, ao longo da Estrada de Nossa Senhora da Ortiga, na freguesia de Fátima, numa empreitada que tem como prazo de execução 180 dias. -----

- Na área do ambiente, pretendemos, no curto prazo: - proceder à reabilitação da Mata Municipal de Ourém, devolvendo-a à população; - promover o aumento da reciclagem no nosso concelho e reduzir a pegada de carbono no Município, reforçada com a construção de um ecocentro em Caxarias; - e continuar a apostar no processo de desmaterialização municipal, que já hoje promove uma poupança acima de 350 mil cópias anuais. Estes são alguns dos pilares do reforço da aposta na preservação ambiental, que tive o gosto de anunciar, publicamente, por ocasião das comemorações do Dia Mundial do Ambiente. -----

- Ao nível do saneamento e conhecendo-se a deficiente cobertura constatada no Município de Ourém, a referência maior vai para a instalação de redes de saneamento em quatro pontos do

concelho, correspondentes a cinco freguesias e uniões de freguesias: Bairro (Nossa Senhora das Misericórdias); Boleiros e Estrada de Minde (Fátima); periferia de Ourém (o projeto engloba povoações de Atougua, Nossa Senhora das Misericórdias e Nossa Senhora da Piedade); e Rio de Couros (União de Freguesias de Casal dos Bernardos e Rio de Couros). -----

Trata-se de um investimento de cerca de 6 milhões de euros, apenas possível de executar em virtude da adesão do Município de Ourém à Tejo Ambiente e o sucesso destas obras é a prova de que o Executivo adotou a estratégia adequada, quando aderiu a esta empresa intermunicipal. -----

- Quero também informar as senhoras e os senhores deputados municipais, que iremos arrancar com as obras de requalificação do espaço público no Jardim Le Pléssis Trévisse, na cidade de Ourém, um projeto que foi desenvolvido no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) do Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano de Ourém (PEDU), com fundos comunitários associados, e que pretende trazer os munícipes até aquele espaço, que contemplará novas áreas comerciais, um novo parque infantil e um novo jardim, entre outras novidades, mas mantendo o espírito e os elementos de referência que hoje apresenta. -----

- Refiro-me também ao Regulamento Municipal de Uso de Fogo e de Limpeza de Terrenos, que hoje será apreciado por Vossas Exas, e que irá permitir ao município e às forças policiais, intervir junto dos privados, de forma eficaz e adequada, superando, desta forma, os obstáculos existentes, em termos de atuação, decorrentes do atual vazio legal e regulamentar. -----

- Foi decidido pela Câmara Municipal revogar o anterior e aprovar o novo projeto do Passadiço do Agroal, já com o parecer favorável das entidades responsáveis (APA e ICNF), o que, com esta nova alteração, permitirá agora lançar a empreitada, depois de aprovada por esta câmara.

- A aprovação em reunião de Câmara do procedimento do Concurso, Projeto e Peças processuais, documentos que definem os termos a que obedece a fase de formação do contrato relativo ao Concurso Público da Empreitada de Obra Pública com vista à construção do “Centro de Recolha Oficial de Ourém (canil/gatil)”, que é uma antiga ambição da população e um projeto fulcral para o bem-estar animal, pendente que estava da aprovação da proposta

de revisão do Plano Diretor Municipal e da decisão dos senhores deputados municipais, quando sujeito à aprovação por parte desta câmara. -----

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais** -----

Os tempos de pandemia e de confinamento, foram também tempos de aproximação dos munícipes à programação disponibilizada nas redes sociais pelos canais do Município e quer sob a forma, informativa, desportiva, cultural e lúdica, foram milhares, os que desfrutaram da nossa programação, que teve também grande expressão nas comemorações do Dia Internacional da Criança. A título de exemplo, tivemos um acréscimo de 1900 seguidores e mais de 33 mil interações. -----

E porque falo de recursos digitais e de comunicação na esfera das nossas publicações, na senda do projeto “Ouvir Ourém e os Oureenses”, que tão grande sucesso de público conheceu, iniciámos o projeto “A Hora do Presidente”, um espaço, periódico, aberto à participação dos nossos munícipes, no qual todos poderão colocar as suas questões. -----

- Porque a imagem global do nosso Município é importante e as referências turísticas essenciais à nossa afirmação, desenvolvemos recentemente um campanha promocional na esfera televisiva nacional e na TV Galicia, através um spot promocional de 15”, acrescido de um vídeo patrocinado nas redes sociais, com o objetivo de convidar o país e a Região da Galiza a regressar a Fátima, referenciando o enorme potencial de acolhimento hoteleiro disponível no nosso Município. -----

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais** -----

Finalmente, quero expressar a minha satisfação pois o Município de Ourém voltou, pelo segundo ano consecutivo, a apresentar resultados positivos, o que não acontecia desde 2006. As dívidas a terceiros situam-se nos 7,6 Milhões de Euros, evidenciando uma diminuição em cerca de 1,4 Milhões de Euros, comparativamente ao ano anterior, sendo o valor, historicamente, mais baixo desde 2002. -----

Por outro lado, as disponibilidades de tesouraria imediatas eram de 9,7 Milhões de Euros, o que permitiria pagar a totalidade da dívida existente. -----

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais** -----

Permitam-me que evoque aqui o que já foi objeto de especial referência nas comemorações do Dia do Município, no passado dia 20, com uma atribuição toponímica e de homenagem ao Dr. Francisco Vieira, que terei de considerar como um visionário, por força dos projetos em que se envolveu em vida e que, quando concretizados, conferiram ao Município de Ourém mais dimensão de escala nas áreas empresariais e da educação. -----

Termino, referindo o interesse último da nossa ação política, que será sempre o de contribuir para que todos os órgãos do Município cumpram com as suas obrigações legais e perspetivem políticas capazes de transformar a economia local e incentivem a criatividade e a inovação, tendo sempre como referencial último a boa qualidade de vida da população do Município de Ourém. -----

Muito obrigado.” -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo descritos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário (arquivado na respetiva pasta) -----

1. Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos e Informática	DRHI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação e Vida Saudável	DEVS
Anexo F.i)	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo F.ii)	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE



Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Fiscalização e Contencioso	DFC
Anexo I.i)	Lista de Processos Impugnados e Executados e processos Judiciais	DFC
Anexo J	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo K	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo L	Serviço de Atividades Municipais e Protocolo	SAMP
Anexo M	Gabinete de Imagem e Comunicação	GIC
Anexo N	Serviço Municipal de Proteção Civil	SMPC
Anexo O	Gabinete Técnico Florestal	GTF

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

= **FILIPE DE FRIAS ANTUNES DA GRAÇA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores Vereadores -----

Deputados Municipais -----

Caros colegas -----

Comunicação Social -----

Existe um edifício no centro da vila de Caxarias que a sua construção foi interrompida, há mais de dez anos. Já era alguma preocupação, tanto para a Junta de Freguesia como para os moradores, devido ao seu impacto visual negativo bem como ao perigo de saúde pública, visto ter a cave submersa e a vedação ser vandalizada com frequência. -----

Questiono o senhor Presidente, qual o rumo a dar àquela estrutura? -----

Uma segunda pergunta. Tendo em tempos sido atribuído um posto da GNR – Guarda Nacional Republicana para Caxarias e sabendo que o governo quer fazer uma reorganização das forças de segurança no país, questiono o senhor Presidente, não seria o momento também de reorganizar as forças de segurança no nosso concelho? -----

Muito obrigado” -----  
= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de expor duas questões muito simples e porque foram focadas pelo senhor Presidente. -----

Relativamente à ciclovia da Ortiga. Tive a oportunidade de ver, não a planta do projeto em si, mas a questão do projeto de circulação alternativa que está interligado com a própria obra. Fiquei com a sensação de que existem alguns povoamentos de azinheiras que, eventualmente, poderão vir a ser afetados. A bem do contributo positivo que nós também devemos ter aqui nesta sede, pergunto se efetivamente foi acautelada esta situação que passa por um pedido simples ao ICNF para evitar situações que penso que são aquelas que se verificaram no Agroal, quando foi apresentado um projeto de passadiço que teve de ser alterado por força de não cumprir determinadas regras ambientais. Penso, sem saber pormenores, que devem estar ligados ao domínio hídrico e questões ligadas às características da zona de reserva ecológica e o facto de ser também “Rede Natura 2000”. -----

Relativamente ao Agroal, e já levantei aqui esta questão, se existe algum quadro de solução para pôr cobro a uma situação clandestina de um parque de estacionamento que foi construído em plena “Rede Natura 2000”, na vertical da nascente que é a maior valia daquela zona. ----- São estes os contributos e fico muito satisfeito por, finalmente, o projeto de recuperação da Mata Municipal que designámos, e bem, António Afonso, ir para a frente.” -----

= **ANTÓNIO HENRIQUES PEREIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Relativamente à Capela de São Sebastião, uma questão já abordada em outras sessões, gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara Municipal qual o ponto de situação. Há previsão da realização de algum desenvolvimento ou alguma ação no sentido de melhorias naquele monumento muito importante e significativo para as gentes da nossa terra. -----

Muito obrigado” -----

= **FILIPE BORGES CORTEZ**, na qualidade de vogal da Junta de Freguesia de Alburitel, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Cumprimentava, desde já, o senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal e membros do executivo -----

Senhores deputados municipais -----

Comunicação Social -----

A minha questão vai no sentido de algo muito recente na Freguesia de Alburitel, fruto do trabalho de alguns jovens, tendo sido criado um ponto turístico de elevada adesão a nível concelhio, o Baloço do Talegre. -----

Para chegar ao Baloço do Talegre, passa-se por uma estrada alcatroada há seis anos que foi interrompida em determinado ponto, tendo ficado por fazer um troço até ao limite da Freguesia e do Concelho, o que serve para chegar até ao Baloço do Talegre. -----

Têm sido muitas as pessoas a visitar. Existem várias obras a efetuar pela Junta de Freguesia de Alburitel no sentido de dinamizar toda a envolvente do baloço e, para tal, deveriam ser criadas condições. -----

Assim, questionava o senhor Presidente no sentido de saber para quando fazer o resto da estrada que foi iniciada e não acabada, uma vez que faltam apenas cerca de quinhentos metros para complementar este acesso ao baloço do Talegre. -----

Muito obrigado” -----

= **ABÍLIO GAMEIRO RODRIGUES**, na qualidade Presidente de Junta União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, expôs o seguinte: “Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Gostaria de colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara Municipal. Senhor Presidente, estando previsto para o dia um do próximo mês, a abertura da época balnear no Agroal, gostaria de saber como está a ser preparada a abertura a nível municipal. -----

Obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA** expôs o seguinte: “Boa tarde a todos ---

Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Caros colegas -----

Tenho um conjunto de perguntas relativamente rápidas, a maior parte delas têm a ver com a comunicação do senhor Presidente. -----

O senhor Presidente acha que num discurso de cerca duzentas linhas, a referência ao impacto da pandemia COVID-19 no turismo, ocupa apenas dez dessas linhas, ainda por cima, na sua maioria, com referência a uma exposição que fez aos órgãos de soberania. Acha suficiente? ---  
Refere também uma campanha promocional do concelho nas televisões nacionais. Quem elaborou esta campanha? Quanto custou? Faz ideia da visibilidade atingida? E, se cumpriu os vossos objetivos. -----

No seu discurso inicial, fala também da intervenção no jardim Le Plessis-Trévisse em Ourém. Gostava que explicasse, com algum amiúde, a maneira surreal como correu o procedimento concursal desta adjudicação. Perguntava também se está satisfeito com a maneira como decorreu. -----

Outra questão que foca, é o Espaço do Presidente. Gostaria de saber quem escolhe as perguntas. Como é que são escolhidas? Todas as perguntas enviadas são respondidas? -----

Uma outra questão que já não tem a ver diretamente com isto. Em fevereiro de 2020 foi aprovada e anunciada uma proposta de protocolo a celebrar com as associações culturais, desportivas e recreativas do concelho, visando o apoio para aquisição de novas viaturas. Qual é o estado do processo? -----

Deixei para último, a pergunta que talvez mais me custa fazer nesta Assembleia Municipal mas, pela importância e relevância e pelo facto de não podermos ser alheios ao que a sociedade nos diz, nós somos os representantes deles, pergunto. Senhor Presidente, qual é a sua opinião, nem falo tanto na questão jurídica, da qual eu também tenho dúvidas, falo da questão ética, do facto de uma empresa, propriedade de um familiar direto, de um destacado membro do seu Partido a nível concelhio ganhar diversos concursos lançados aqui no concelho. Segundo sei, alguns deles sem ser adjudicação direta. Acha isso eticamente aceitável? Acha que a política e o poder local ficam a ganhar com esta promiscuidade? Eu, como eleito local, fico imensamente incomodado com o que dizem porque acaba por tocar a todos.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Boa tarde senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----  
Boa tarde a todos os membros presentes e a todos os que nos acompanham através dos meios digitais. -----  
Tinha aqui uma questão a colocar, nomeadamente, uma questão ambiental que me preocupa bastante. Em setembro, quando foi aqui apreciado e aprovado o reconhecimento de interesse público das duas pedreiras que existem perto do Bairro, foi dito pelo senhor Vereador Natálio Reis que seriam colocadas duas cápsulas, foram as palavras que ele utilizou, por cima das britadeiras que existem. Sabendo nós que o verão é sempre uma altura em que existe mais pó no ar, gostaria de saber porque é que essas cápsulas ainda não foram colocadas ou, digamos, uma outra coisa de forma a tapar as poeiras que vão para o ar. -----  
Obrigada” -----  
= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Muito boa tarde -----  
Quero saudar da Mesa, a Câmara Municipal e os meus colegas presentes em sala e os que estão em casa. -----  
Tenho duas questões muito curtas. -----  
A primeira diz respeito ao assunto da Fatiparques. Este é um tema que não é falado aqui há algum tempo e que levantou alguma polémica há uns meses atrás. Gostaria que o senhor Presidente nos informasse qual é a situação atual desta empresa. -----  
A segunda pergunta tem a ver com uma surpresa esta semana. Lemos na imprensa que o Estado deve cento e sessenta e seis mil euros ao Município pelas instalações da PSP, não pagando há alguns anos. Uma notícia que talvez ninguém estivesse à espera. Gostaria de pedir se pudesse dar alguma informação sobre o que a Câmara Municipal tenciona fazer sobre este assunto. -----  
Muito obrigado” -----  
= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----  
Cumprimentava a todos na pessoa do senhor Presidente -----

A minha intervenção é uma recomendação ao executivo municipal. ontem tivemos Assembleia de Freguesia e foi aprovada a missiva para enviar ao Ministério da Administração Interna porque temos notado um decréscimo de efetivos no posto da GNR de Fátima e temos notado também que tem havido uma diminuição de patrulhamentos na parte rural. Gostaria que o executivo, quando tivesse as ditas reuniões com quem de direito, tivesse o cuidado de relembrar a importância de Fátima, dos milhões que nos visitam e de não haver, conforme já aconteceu, redução dos efetivos no posto de Fátima. -----

Obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL prestou os respetivos esclarecimentos: -----

- Edifício em Caxarias. Presentemente, o edifício já é propriedade do Município, estando em curso a fase de contratação externa para proceder à demolição do mesmo. -----

- Guarda Nacional Republicana. No início do mês, em reunião com o Secretário de Estado da Administração Interna, foi exposta o que se entende ser a melhor solução para o concelho, algo defendido há anos: alargar o raio de ação da Polícia de Segurança Pública a toda a Freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade; a GNR de Fátima ficaria responsável também pelas freguesias de Atouguia e N.ª Sr.ª das Misericórdias dada a proximidade com o quartel, ficando todo o resto do concelho sediado num quartel em Caxarias, dada a sua centralidade e tendo em conta que, em 2008, saiu a portaria que prevê a criação de um posto da GNR em Caxarias.

- Ciclovia da Ortiga. A obra está adjudicada e, supostamente, as situações foram acauteladas, não parecendo haver, no momento, nenhum impedimento para que a mesma possa avançar. –

- Agroal. Trata-se de um acesso a um miradouro que existe no local que deve ser preservado e que, em 2016, foram feitas obras para garantir o referido acesso. -----

- Capela de São Sebastião. Decorrem os procedimentos que levarão à contratação de uma equipa multidisciplinar para a elaboração do estudo prévio e do projeto de execução, bem como do estudo geotérmico de conservação e restauro. O processo está a ser acompanhado pelo Professor Aníbal Costa, especialista em estruturas. -----

- Acesso ao Baloço do Talegre. Felicitou os jovens pela ideia interessante que, com o apoio da Junta de Freguesia, criaram mais um ponto turístico muito frequentado. A beneficiação do

respetivo acesso, cerca de 900m, será uma situação a ponderar futuramente dada a afluência e o sucesso do Baloíço. -----

- Praia fluvial do Agroal. Local muito frequentado no verão e, este ano, dada a situação que vivemos, foram preparadas algumas medidas no sentido de cumprir com as recomendações emanadas pela DGS. O acesso à praia fluvial será permitindo a 240/250 pessoas, com exceção das crianças até dez anos, a quem não será distribuída pulseira, conforme norma para com os adultos. O acesso quer do lado de Ourém, como do lado de Tomar será vedado. Será colocada mais areia no sentido de alargar o espaço da praia fluvial. -----

Neste âmbito, foi ainda dito que, este ano, além da Bandeira Azul, a praia fluvial do Agroal terá também a Bandeira de Ouro. -----

- Turismo. Talvez seja a atividade que mais se ressinta com a pandemia e que mais dificuldade terá na respetiva retoma. O Município tentará atuar tendo em conta as suas competências, nomeadamente, aquando da fixação da taxa da derrama. Uma vez que esta pode ser segmentada por cais de atividade, será proposto uma diferenciação da taxa entre algumas atividades que foram mais afetadas pela pandemia, o que é mais justo e correto. -----

- Campanha promocional. Foi feito um vídeo de 15 segundos, produzido na totalidade com os meios do Município e que foi transmitido na RTP1, SIC, TVI, RTP3, SIC Notícias, TVI 24, CMTV, Porto Canal e na TV Galicia, tendo custado cerca de dez/onze mil euros ao Município. Foi ainda feito um vídeo mais longo, patrocinado nas redes sociais, que custou cerca de duzentos a duzentos e cinquenta euros que, há pouco tempo, estava direcionado a alguns distritos do país, tendo já cerca de setenta mil visualizações. -----

- Jardim Le Plessis-Trévisé. Decorreu um procedimento normal de um concurso público. As empresas apresentaram as suas propostas, verificando-se que uma apresentou um valor mais baixo e o júri independente, entendeu selecioná-la. Contudo, a empresa que ficou em segundo lugar entendeu que as peças processuais do concorrente que tinha ganho não estariam corretas. Com base nas audiências prévias, permitidas por lei, contestou esta situação, tendo o júri entendido não dar razão a esta contestação, tendo o processo ido a reunião de Câmara. Após alerta do senhor Vereador José Reis, foi entendimento solicitar parecer jurídico para que

não houvesse qualquer dúvida em relação à adjudicação. Face ao resultado do parecer, a Câmara Municipal entendeu alterar a decisão do júri. -----

- Espaço do Presidente. No primeiro programa houve doze perguntas. As perguntas são feitas pelos munícipes que entendem fazê-lo, sendo todas elas respondidas. -----

- Aquisição de viaturas. Foi aprovado um valor ligeiramente superior ao que tínhamos aprovado para as IPSS (trezentos mil euros), porque pensávamos que poderia haver mais associações a concorrer. O valor aprovado foi de trezentos e cinquenta mil euros, ou seja, um apoio de sessenta por cento, ficando os restantes quarenta por cento a cargo das associações que, neste momento, por força da realidade que vivenciamos, não promovem iniciativas, o que poderá acarretar alguma dificuldade para que as mesmas possam suportar os respetivos encargos, pelo que, no momento, foi entendimento suspender o programa, podendo reativá-lo logo que haja condições para o efeito. -----

- Cápsulas da britadeira. Foi dito pelo administrador da empresa que está previsto, rapidamente, esse investimento de alguns milhares de euros, não tendo ainda havido oportunidade para o efeito, uma vez que a pandemia COVID-19 atrasou os planos da empresa.

- PSP em Ourém. O anterior executivo entendeu, e bem, ceder instalações com condições à PSP, tendo acordado com Ministério da Administração Interna que este pagaria um euro por cada metro quadrado, por mês ao Município por força do aluguer das instalações, um espaço que tem cerca de mil e setecentos metros quadrados, devendo o Município receber, desde 2012, quando foi feito o acordo, mil e setecentos euros por mês. São oito anos, o que perfaz um valor de cerca de cento e sessenta e cinco mil euros que o Estado central deve ao Município pelas rendas das instalações da Polícia de Segurança Pública em Ourém. -----  
Neste momento, a questão está no Tesouro que terá de dar autorização para celebração deste contrato, permitindo iniciar o pagamento. -----

- Fatiparques. O Conselho de Administração da Fatiparques vendeu o terreno por quinhentos mil euros, pago mensalmente pela empresa que o adquiriu. A escritura, pensa-se, decorrerá ainda este ano. Um processo que tem vários anos e que, pensa-se, esteja em vias de resolução. -----



- Posto GNR Fátima. Aquando da reunião foi levantada a questão dos efetivos que, segundo o senhor Ministro, tem o número suficiente. Fátima tem mais efetivos do que a GNR de Ourém, com uma área muito maior, dada a sua especificidade. Foi sublinhado que Fátima tem e deve ter o número de efetivos suficientes mas, o resto do concelho também deve ter dada a área que é abrangida por esta força de segurança -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA expôs o seguinte: “Gostaria de salientar aqui algumas questões. Em relação ao jardim Le Plessis-Trévisé, a intervenção do Vereador do Partido Socialista num júri constituído por funcionários do Município poupou largos milhões de indemnização ao Município de Ourém. Quem acompanhou o processo, aquilo é um processo surreal a maneira como foi atribuído. Esta menção é importante. -----

Em relação, às perguntas da Hora do Presidente, tenho algumas dúvidas quando o senhor Presidente disse que só chegaram 12 perguntas. -----

Em relação à questão da Fatiparques, consultei as atas e li coisas estranhas, nomeadamente, o facto de uma empresa ter concorrido e depois ceda a outra. Pelo menos estranho, uma concorra e depois ceda a outra” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Há um momento em que os deputados municipais fazem questões e há um momento em que o senhor Presidente dá as respostas às questões colocadas. Não faz sentido, os deputados municipais, a seguir, fazerem comentários às respostas que o senhor Presidente dá. -----

Foi dado um esclarecimento. Se o senhor deputado tem provas do contrário, tem de as trazer, não é levantar insinuações para o ar. -----

Agradeço que, da próxima vez que se insurgir contra alguma situação, que não concorde ou ache que o senhor Presidente está a faltar à verdade, faça favor de trazer provas e dizer de facto o que é. Não vamos ficar aqui com insinuações.” -----

----- Solicitando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Em relação à questão do jardim Le Plessis-Trévisé. Falar em indemnizações, o Partido Socialista não tem moral para falar. A Câmara, neste momento, está condenada a

pagar uma indemnização a uma empresa por força de uma má adjudicação das obras da avenida Dom José Alves Correia da Silva, em Fátima. Estamos a falar de uma obra de seis milhões de euros. O Município vai ter de pagar alguma coisa. Quando fala aqui em milhões, se eventualmente a situação fosse ao contrário, o limite que se poderia pagar era o valor da obra, que é um milhão de euros, mas em Fátima era uma obra de seis milhões de euros. O executivo do Partido Socialista adjudicou a uma empresa que o Tribunal depois veio dizer que foi mal adjudicada. Isso também é preciso dizer. -----

Em relação à questão da Hora do Presidente. Eu respondi às questões que me colocaram. Se houve mais ou não, não sou eu que recebo os emails. As instruções que existem é que todas as questões que venham, são respondidas. Repito, todas as questões que venham são respondidas.” -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

#### **01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS.** -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

= **CLÁUDIA MARIA PEREIRA CAMPOS**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Este ano, no Dia do Município, as cerimónias ficaram marcadas pela justíssima homenagem ao Dr. Francisco Vieira, ilustre Oureense que teve a sua vida intimamente ligada ao concelho, seja na causa pública, no movimento associativo ou na área da educação. Eternizar a memória do Dr. Francisco Vieira com o seu nome na requalificada praça junto a diversos estabelecimentos de ensino, particularmente, junto ao edifício da “sua” Escola Profissional de Ourém (hoje, Insignare), é um gesto de profundo agradecimento pelo seu legado e, sobretudo, pelo reconhecimento de homem íntegro, humanista e visionário.” -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Cumprimentos protocolares. -----

Realizamos esta sessão ordinária da AMO em contexto desta pandemia que alterou radicalmente a nossa forma de vida e a forma como nos relacionamos no quotidiano dos nossos domínios pessoal, social e político. -----

A nossa realidade mudou e o nosso futuro também em resultado da confrontação com todos os constrangimentos sanitários e ambientais com que temos de lidar. -----

Esta reunião tem na sua ordem de trabalhos decisões relevantes para o nosso município e para a nossa comunidade sobre as quais nos pronunciaremos em seu tempo. -----

Nesta oportunidade quero dirigir em nome do Partido Socialista um cumprimento afetuoso a todos os ourienses na proximidade da passagem de mais um dia município que por estes constrangimentos de saúde pública foi comemorado em maior recato. -----

Quero, no entanto, salientar o nosso orgulho de sermos ourienses pelo nosso passado e presente e também pelo futuro embora esse ficasse afastado da mensagem dos atuais responsáveis municipais. -----

Com especial emoção quero aqui registar a homenagem ao Francisco Vieira que tem o seu nome perpetuado na praça em frente à sua Escola Profissional que também ficaria honrada com o seu nome, ou em alternativa complementar à homenagem da Praça em Ourém atribuir o seu nome à Escola de Hotelaria de Fátima na sua terra natal. -----

Decisões que uma postura de diálogo enriqueceria certamente a bem da sintonia com o sentir da nossa comunidade. -----

Mas o que é relevante é a obra e a sua visão que o tornaram um ouriense de excelência, comprometido com a mudança para melhorar o futuro coletivo. -----

O nosso Muito Obrigado Francisco. -----

Esta terra, muitos alunos, muitos profissionais e tantos empresários beneficiam hoje dos sonhos acalentados por ti! MUITO OBRIGADO -----

O tempo que vivemos aconselha-nos o recato também nas palavras e por isso hoje vou ser breve terminando com um agradecimento a todos os ourienses que pela sua postura evitaram um impacto mais significativo na nossa saúde coletiva, a todos os empreendedores que pela sua resiliência mantêm acesa a esperança num futuro melhor e a todos os trabalhadores,

decisores públicos e privados , entidades de apoio social e do socorro e emergência e pessoal de assistência à saúde e ao cuidado dos mais vulneráveis. -----

Um agradecimento muito especial aos profissionais da linha da frente. -----

Um apelo a todos os nossos concidadãos para que neste momento de retoma saibamos manter os cuidados e a prevenção necessários a uma boa recuperação, que honre e respeite o esforço feito pelos órgãos de soberania, pelos autarcas, pelo Serviço Nacional de Saúde, pelo sistema de Educação, pelas organizações da sociedade civil, pelos agentes económicos, pelos trabalhadores e pela sociedade portuguesa em geral. -----

Como já referi noutra oportunidade “Só com uma responsabilidade partilhada entre entidades setoriais públicas e privadas, cidadãos, organizações dos sectores, e governos em todo o mundo, poderemos ultrapassar esta pandemia e regressar á esperança no futuro, num mundo já irreversivelmente diferente”. -----

= **ABÍLIO GAMEIRO RODRIGUES**, na qualidade Presidente de Junta União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Na qualidade Presidente de Junta União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, em meu nome e em nome da União destas Freguesias queria deixar um agradecimento à Câmara Municipal de Ourém, na pessoa do senhor Presidente e seu executivo, pelo apoio dado às obras de requalificação do quartel da Secção dos Bombeiros da Freixianda, recentemente inauguradas. -----

Senhor Presidente, foi sem dúvida uma ajuda nas obras de requalificação do quartel, há muito tempo prometidas e necessárias. Este apoio permitiu a criação de condições dignas para os bombeiros, homens e mulheres que prestam serviço e ali passam muito tempo, deixando as suas famílias em prol da comunidade, e sempre prontos a servir. -----

O meu muito obrigado” -----

**----- VOTO DE LOUVOR -----**

= **FILIPE BORGES CORTEZ**, na qualidade de vogal da Junta de Freguesia de Alburitel, expôs o seguinte: “Em nome da Junta de Freguesia de Alburitel, vou sugerir um voto de louvor ao grupo de jovens que propôs fazer o projeto “Baloíço do Talegre”. Não só o Baloíço do Talegre,

como também toda a envolvente que está a ser executada, de uma forma totalmente abnegada, por esse grupo de jovens. -----

Isto serviria não só como forma de agradecimento, porque esse já foi feito publicamente pela Junta de Freguesia, mas que servisse também de exemplo aos vários grupos de jovens do concelho que proponham às juntas de freguesia projetos, pondo mãos à obra, seguindo este exemplo de Alburitel que mobilizam a população, criando um ponto turístico. -----

Por tudo isto, proponho um voto de louvor. -----

Muito obrigado” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de louvor aprovado por unanimidade.** -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. -----

Lamentavelmente, a pandemia da COVID 19 abalou todo o mundo e, inevitavelmente, as suas nefastas e penosas consequências fizeram sentir-se no nosso Concelho. -----

Como se os reflexos não tivessem sido - já - dramáticos e demolidores para as famílias e para a economia locais, eis que, recrudescer, - agora -, um novo foco de infeções para o qual não só devemos estar mais atentos, como a Edilidade Oureense, usufruindo das competências que lhe são conferidas e baseada nas leis promulgadas pelo Estado Português, deverá reforçar, ainda mais, a ajuda prestada até à data, nomeadamente às pessoas com maior precaridade profissional. -----

Sim, redobrar, ainda mais, o apoio ao tecido empresarial, familiar e assistencial, incluindo as Corporações/Sessões de Bombeiros e o setor da Saúde que, alabados pelo confinamento, consubstanciado nos estados de calamidade e emergência, sofreram da asfixia financeira, e, agora, com este segundo surto, continuarão a ver agravada a sua situação. -----

Mas a COVID 19 não justifica tudo e, por isso, mais do que oferecer máscaras... mais do que falar do bom estado de saúde das finanças municipais (que resulta em parte, da falta de investimento público)... mais do que apregoar os milhões de euros que resultam das candidaturas europeias... o MOVE – Movimento Independente defende a execução das obras, já prometidas, há muito. -----

Sim, obras que consideramos fundamentais para o desenvolvimento harmonioso do nosso Concelho e essenciais para o bem-estar dos Oureenses, dos peregrinos/turistas e dos emigrantes e que teimam em chegar, levando – como, já diz o povo – a adivinhar-se que vão ser remetidas para o próximo ano 2021, data das eleições autárquicas, servindo, assim, de bandeira eleitoral.” -----

= **CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes -----

Gostaria de levantar, mais uma vez, a questão que tem a ver com o estado lamentável em que se encontra a Freguesia de Seiça, no que diz respeito à deficiente rede de telecomunicações e a urgência desta resolução. -----

É urgente a intervenção junto da ANACON, das entidades responsáveis para solucionar, com urgência, as falhas constantes nas telecomunicações que existem e, desde 2010, têm levantado o problema e sem sucesso. Hoje, verifica-se muito mais dadas as alterações provocadas pela pandemia do COVID-19, senão vejamos: -----

O sucesso dos nossos jovens face ao sistema escolar está comprometido, porque a qualidade das comunicações é deficitária e com interrupções constantes levando a perdas de rendimento; No teletrabalho, empresários, trabalhadores e, inclusivamente, na sede da Freguesia de Seiça é frustrante. Para se ter uma comunicação eficaz, hoje em dia, é uma sorte; -----

O acesso ao sistema de informação geográfico é um problema. Na sede da Freguesia temos situações embaraçosas porque não conseguimos responder aos pedidos e, por vezes, chegamos a estar horas para tentar imprimir uma folha, o que é condenável e não é compreensível nos dias de hoje. -----

Esta situação está a colocar em causa o desenvolvimento de toda a população, dos agentes produtivos no seu dia a dia. Estamos no século XXI e não é aceitável esta situação. -----

A TDT não tem a qualidade desejável, por vezes, nem uma imagem existe. -----

Mais uma vez, Seiça tem reclamado, têm vindo técnicos verificar, mas, fica tudo na mesma, senão pior. -----

Esta situação já tem tempo demais. A Junta de Seiça recebeu, mais uma vez, um abaixo assinado dos habitantes da urbanização do Pinhal Manso onde expressam claramente a necessidade de colocação da fibra ótica com urgência, penso que esta questão também foi remetida ao Município. Mas, existem outros abaixo assinados que estão, neste momento, a ser elaborados pois, a situação na Lameirinha, no Estremadouro, em Chão de Maças e Carvalhal, a situação ainda é pior, pelo que urge intervir. -----

Neste sentido, solicitava ao senhor Presidente que, com a rapidez possível, comece a intervir junto da ANACOM e das restantes entidades para que, com urgência, esta situação seja solucionada. -----

Há ainda uma situação sobre a qual eu, ainda hoje, me interrogo. Quando foi da requalificação da 113-1 fez-se uma tubagem que ia de Alcaidaria até ao apeadeiro de Seiça e dizia-se que era para ser colocada a fibra ótica. O que se passa com esta situação? Dado o investimento que foi feito, gostaríamos que fosse potenciado. -----

Muito obrigado” -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “A Junta de Freguesia de Fátima congratula-se pelo facto de o executivo municipal ter apostado na criação da Rota dos Pastorinhos, pois é mais uma boa ferramenta de promoção da Aldeia de Aljustrel, de Fátima e de todo o Concelho. -----

Esta é uma rota moderna que ajuda os seus utilizadores não só a descobrir um pouco mais da história das aparições de Fátima, mas vem também permitir explorar todo o Concelho de Ourém pelos passos dos pastorinhos. -----

Para além do destaque que é feito aos locais associados à vida dos pastorinhos, esta é uma ferramenta que promove outros recursos turísticos existentes no Concelho de Ourém contribuindo para o fortalecimento das dinâmicas turísticas na Região.” -----

#### **VOTO DE PESAR**

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, apresentou o seguinte voto de pesar: “Faleceu, aos 88 anos de idade, o fundador da Casa Povo Fátima, Luís Vieira Marques. -----

O processo de fundação, daquela que é uma das associações mais antigas da freguesia de Fátima, teve início a 11 de setembro de 1969, mas só foi oficializado em 1970. A Casa do Povo de Fátima foi formalmente constituída com estatutos aprovados por alvará do subsecretário de Estado do Trabalho e da Providência a 12 de março de 1970, com duas componentes de atividade: a social e a cultural. -----

Luís Vieira Marques dedicou grande parte da sua vida à comunidade de Fátima. Os fatimenses e o país devem-lhe parte da preservação do património cultural do nosso povo. -----

Defensor das tradições populares, foi muitos anos responsável pelo rancho folclórico da Casa do Povo, criando, anos mais tarde o rancho infantil da Casa do Povo de Fátima, onde carinhosamente era conhecido e tratado por Ti Luís. Foi um dos fundadores da Associação Folclórica da Região de Leiria-Alta Estremadura. -----

Também esteve ligado ao então Centro Paroquial de Fátima, onde dedicou alguns anos da sua vida sempre com muito afínco e sobretudo com grande disponibilidade. Entre 24/11/1974 e 1976 foi Presidente de Junta da Freguesia de Fátima. -----

Por tudo isto, por todos os feitos e dedicação em prol dos outros, propõe-se à Assembleia Municipal que delibere: -----

- Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo seu falecimento; -----

- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, apresentou o seguinte voto de pesar: “Albino Frazão Ferreira Cecílio nasceu no Alqueidão da Serra, Concelho de Porto de Mós, e desde muito cedo escolheu Fátima para viver e desenvolver a sua vida profissional, tendo-se destacado como bancário, empresário, autarca e cidadão de referência. -----

O Sr. Albino Frazão, ou para muitos ao Albino do banco, sempre foi um Homem de causas e por elas se batia, conhecido por ser um Homem direto e frontal, amigo do seu amigo, um



Homem sempre disponível para ajudar e colaborar com quem mais precisava, empreendedor e sonhador, e acima de tudo um Homem apaixonado pela terra que o acolheu. -----

Homem íntegro, que sempre pautou pela seriedade e frontalidade, sendo estimado por todos.

Foi presidente da Junta de Freguesia de Fátima de 1980 a 1985 e ocupou ainda o cargo de presidente da Assembleia de freguesia de Fátima de 2005 a 2009. Durante o seu percurso de vida sempre apoiou inúmeras associações, destacando o ter sido sócio fundador da Associação Centro de Dia da Freguesia de Fátima ocupando durante largos anos o cargo de Presidente da Assembleia Geral da Instituição, e como Rotário foi um dos grandes entusiastas da construção do Monumento dos Peregrinos. Sonhador, visionário e empreendedor, também foi ele um dos maiores impulsionadores da construção do Museu Etnográfico de Aljustrel, tendo também sido sócio fundador do jornal Notícias de Fátima. -----

Enquanto profissional de viagens desbravou muito o caminho para novos mercados, sempre com a ambição de trazer mais peregrinos a Fátima das mais variadas origens. Também neste setor, Fátima muito beneficiou com a sua visão. -----

Quem com ele teve oportunidade de privar e de trabalhar destaca a sua vertente social e humanitária, que merece um profundo respeito e admiração de todos, indo muito para além das funções institucionais. -----

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----

- Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo seu falecimento; -----
- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “A última conferência de líderes para prepararmos a sessão de hoje ficou marcada pela forma como o representante do PS desqualificou o papel dos meus colegas Presidentes de Junta. -----

Estava em discussão uma proposta para que, para além dos quatro líderes de bancada, todos os treze Presidentes de Junta também pudessem estar presencialmente. -----

Seria uma forma não apenas de o concelho de Ourém estar aqui geograficamente

representado, mas também de dar melhores condições aos meus colegas para colocarem eventuais questões e dignificando o papel dos Presidentes de Junta. -----

Surpreendentemente, o PS recusou a proposta de estarem nesta sessão os Presidente de Junta, afirmando que apenas com o seu líder de bancada na sala e os restantes membros em videoconferência, não tinham condições para fazer política e exercer o seu direito de oposição.

Constatámos que o PS está mais preocupado em criar condições para fazer política do que em dar voz aos meus colegas e às pessoas que representam. -----

Como Presidente de Junta e, carregando a dor dos meus colegas, senti-me ofendido e, não conseguindo conter a minha revolta, resolvi expressá-la aqui perante todos.” -----

= **NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES**, em nome do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Ourém -----

Exmo. Sr. Presidente do Município de Ourém -----

Exmos. Srs. Vereadores -----

Exmos. Srs. Deputados da Assembleia Municipal -----

Exmo. Público, Comunicação Social e internautas -----

Salvar a economia nos pós confinamento - covid-19 -----

A competitividade da nossa economia -----

Perante a perplexidade e o choque em que todos mergulhámos quando confrontados com a Covid-19, foi salvaguardada a saúde pública. -----

Desde o primeiro momento, percebemos também que, numa economia altamente endividada como a portuguesa, particularmente dependente do turismo e na qual o peso da ciência e da inovação no PIB é extraordinariamente baixo face à média europeia, os efeitos económicos desta crise seriam especialmente devastadores com enormes consequências e impactos sociais. -----

A crise económica e social que se avizinha exige, sem dúvida, que se desenvolvam medidas de emergência, com o propósito de mitigar os seus efeitos. -----

Vivemos hoje uma realidade desconhecida, onde, tanto cidadãos como empresas, organismos públicos e privados são parte fundamental para os esforços de contenção desta pandemia.

Trata-se, inequivocamente, de uma mudança estrutural na vida das pessoas e das organizações. -----

**O CDS, procurando somar e não dividir, segue a linha construtiva com que tem acompanhado o Governo, entende que é necessário ir mais além, fazer mais e apoiar melhor. Não basta “achatar” a curva do contágio da doença, temos também de tomar medidas urgentes para “achatar” a curva do desemprego, “achatar” as curvas das falências que resultam desta crise e “achatar” a curva da recessão que vamos enfrentar. Este é o momento do estado e da economia serem aliados e não adversários, na defesa das pessoas, dos empregos e das empresas. -----**

A economia terá a ganhar se o caminho a percorrer passar pelo Estado assumir uma estratégia de longo prazo, salvaguardando a curto prazo o tecido empresarial existente. Tomando medidas, nomeadamente: -----

- Implementar propostas de apoio aos particulares que detenham crédito à habitação e/ou crédito ao consumo, evitando situações de incumprimento. -----
- Garantir a liquidez das empresas: dilatação do pagamento de impostos, sobretudo os retidos (IRC, IRS e IVA), e contribuições como segurança social, isenção temporária de imposto do selo nos financiamentos, juros, garantias e serviços financeiros. A medida não deve ser limitada às micro e PME, mas também a grandes empresas, que criam grande volume de emprego, direto e indireto. -----
- A injeção de meios no sistema tem de ser clara, transparente e com regras claríssimas, sem burocracia excessiva. -----
- Criar soluções integradas que respondam a problemas reais de saúde. -----
- Uma estratégia europeia de longo prazo para o emprego, a educação superior e um orçamento europeu focado no desenvolvimento económico e em áreas de excelência. -----
- Por fim temos de recuperar a confiança, para que se restabeleça o consumo indispensável à manutenção de empresas e postos de trabalho. -----

Também os municípios terão de ter uma estratégia adequada. Em Ourém e numa estratégia há muito definida em coligação PSD/CDS, o executivo camarário e bem, começando já com a promoção do turismo, na Península Ibérica, nos seus principais mercados do turismo religioso.

«O esforço de cada um e a união de todos é essencial para vencer esta guerra e recuperar. Relançar a atividade turística é pôr o país no caminho da recuperação económica: planejar férias em Portugal, ser ativo na promoção do país e ajudar a mostrar Portugal ao mundo serão formas de sermos todos pelo turismo e sobretudo de voltarmos a ter Turismo.» Luís Araújo, presidente do Turismo de Portugal.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA** solicitou a palavra, expondo o seguinte:

“Pedi a palavra para defesa da honra. Foi dita uma mentira sobre mim. Na reunião de líderes na qual eu vim representar o líder do grupo municipal do Partido Socialista, o senhor Presidente da Assembleia Municipal trouxe efetivamente uma proposta, viriam os líderes parlamentares e os presidentes de juntas. O que eu disse, e nada de desrespeito aos presidentes de junta, muito pelo contrário, foi reduzir o número de pessoas na sala, ficando ao critério dos grupos municipais a escolha das pessoas que vinham. Em nenhum momento eu desrespeitei os presidentes de junta, para que fique bem claro, isso não faz sentido nenhum, é exatamente o contrário daquilo que eu penso. Na política não pode valer tudo. -----

O que eu disse efetivamente, e as pessoas que estão em casa percebem isso, é difícil fazer política e oposição estando em casa. O senhor Presidente da Assembleia Municipal, na reunião, concordou comigo. Não entendo esta mistura de situações para tentar denegrir a minha honra. -----

Na política não pode valer tudo.” -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Decorria o saudoso mês de março de 2020, com alguma chuva e a preparação de um conjunto de atividades que se avizinhavam, quando de forma abrupta somos confrontados com uma dura realidade – O surto do Coronavírus era uma realidade entre nós, e não somente uma coisa lá de longe, que só acontece aos outros. -----

É decretado pela primeira vez, no pós 25 de abril, o Estado de Emergência, com as limitações de direitos que daí advêm, assim como os encerramentos e confinamento que implica. -----

Ao Governo de Portugal e à Direção Geral de Saúde, após estes meses, seria fácil “apontar espingardas” e esgrimir argumentos menos abonatórios em relação às medidas e ao “*modus operandi*”, mas, caros colegas, a situação foi nova para todos, todos estávamos a atuar “sem

rede” e somente com base na experiência dos Países por onde a crise já ia numa fase mais avançada. -----

Por isso entendemos que é nosso dever deixarmos aqui uma palavra de congratulação para a forma como a generalidade da classe política se comportou neste período, especialmente a oposição, nomeadamente do PSD, através do Dr. Rui Rio, que sempre apoiou as medidas do governo, pondo sempre Portugal em primeiro lugar, como foi, aliás, internacionalmente reconhecido. -----

Uma palavra especial para os que estiveram na linha da frente: Médicos, enfermeiros, auxiliares, pessoal da recolha do lixo, entre muitos outros, e todos aqueles que num período de confinamento e recolher obrigatório, foram obrigados a continuar a exercer as suas funções de forma que não nos faltasse nada, para eles o nosso obrigado. -----

Não podemos, no entanto, deixar de efetuar alguns reparos em relação ao que se verificou ainda no Estado de Emergência e, depois, já no período a que se apelidou de desconfinamento, e meus amigos, por muito que nos esforcemos, não conseguimos entender a realização de algumas festas e manifestações que ocorreram neste período, e muito menos a anuência governamental em relação às mesmas, nomeadamente as comemorações do 25 de Abril, 1º de Maio, manifestação anti-racismo, e, previsivelmente, com a “Festa do Avante”, porque para nós, os cidadãos de esquerda e de direita, e de qualquer raça, devem ser tratados todos da mesma maneira, e a proteção da saúde pública e da vida deve estar sempre em primeiro lugar! -----

E em Ourém! -----

O surto epidémico em Ourém, esteve sempre controlado ao longo destes meses. -----

Contudo, infelizmente, nesta última semana verificou-se um aumento do número de casos decorrentes da situação que todos conhecemos, no Santuário de Fátima. Apesar deste foco, que acreditamos e esperamos esteja devidamente controlado pelas autoridades de saúde, uma palavra especial e o nosso obrigado também para o Santuário de Fátima pela forma altruísta e digna que sempre evidenciou neste percurso, nomeadamente no grande exemplo de responsabilidade que deu ao País com uma celebração despojada de público no 13 de Maio. --

Uma palavra muito especial para a atitude do nosso executivo municipal ao longo deste surto epidémico, que nos orgulha, não só pela forma, mas também pelo conteúdo, desde logo porque assentou a sua estratégia no diagnóstico e levantamento de necessidades, com base nos dados disponíveis e recolhidos, em cada momento, em parceria com os diversos parceiros institucionais (Juntas, forças de segurança, escolas, IPSS,...) e numa atuação pró-ativa com a tomada de medidas e ações que considerou as necessárias e mais adequadas, para a contenção do vírus e de apoio à comunidade, associadas a uma estratégia de comunicação assertiva, muito importante nos tempos difíceis que atravessamos. -----

Definiu como prioridade, numa fase inicial a de tomar medidas e executar ações que permitissem a contenção do vírus, e paralelamente, procurou dar apoio às famílias e instituições que prestam serviços na área social, assim como às empresas, sempre dentro do âmbito das suas competências próprias e nos limites da sua disponibilidade. -----

Efetuiu o desconfinamento de forma faseada e gradual, em consonância com as medidas governamentais e a realidade local, reforçando uma atenção especial para o turismo e o comércio, especialmente em Fátima. -----

Meus senhores e minhas senhoras, existem algumas medidas, de entre as muitas que foram assumidas, que pela sua especificidade e abrangência temos de realçar neste fórum, e refiramo-nos, nomeadamente, ao apoio às IPSS do nosso concelho, que são muitas, nomeadamente no que concerne ao pagamento do valor das mensalidades, dos meses de abril e maio, normalmente pago pelos encarregados de Educação para as AAAF( Atividades de Animação e Apoio à Família), CAF (Componente de Apoio à Família) e Creches. Medida que na prática é de apoio aos Pais, pois o município substitui-se a estes, no pagamento de 75% da mensalidade. Para além da distribuição de computadores e hotspots aos alunos carenciados, ou da assunção dos transportes dos alunos do ensino secundário de forma totalmente gratuita, neste último período, ou da distribuição de máscaras sociais. -----

Poderíamos aqui elencar, para além destas, um rol imenso de medidas de apoio disponibilizadas, mas o que queremos realmente realçar é a atitude do executivo municipal, nesta fase difícil que todos atravessamos, em responder às necessidades das famílias, das IPSS, das empresas, e demais entidades, sendo um exemplo nos concelhos que nos rodeiam.

Por fim, um agradecimento final aos trabalhadores do município, que neste período deram o melhor de si em prol de um bem maior. -----

A todos o nosso obrigado!" -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

#### **01.05 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----**

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, informou de que não foi verificado qualquer pedido prévio de intervenção por parte do público. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

#### **01.06 – APRESENTAÇÃO E APRECIÇÃO DOS PROJETOS VENCEDORES DA AJO 2020.**

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Temos connosco, em videoconferência, a quem, desde já, agradeço a participação, os representantes do Colégio do Sagrado Coração de Maria, Isabela Pinheiro; em apresentação da Escola Básica e Secundária de Ourém, Pedro Verdasca; do Colégio de São Miguel, Ana Sofia Santos. -----

Estes são os representantes dos projetos que venceram, este ano, a edição da AJO – Assembleia Jovem de Ourém. -----

Quero congratular-me com todos os participantes que trouxeram um conjunto de ideias muito interessantes e reveladores de um amor intenso à sua terra e que tivemos o prazer de os acolher aqui na sala de sessões da AMO na sessão dedicada à AJO.” -----

----- De seguida, foram apresentados os respetivos projetos: -----

**PROJETO: “Fátima, cidade da paz” – Colégio do Sagrado Coração de Maria -----**

Responsável: Prof.º Vitalino Pedro Carreira -----

Isabela Pinheiro, 9.º ano -----

Samuel Debouef, 8.º ano -----

Oureana Santo, 8.º ano -----

Andreia Vieira, 9.º ano -----

Matilde Brites, 9.º ano -----

Vitória Filipe, 9.º ano -----

Sílvia Pascaru, 8.º ano -----

Descrição do Projeto -----

“Criação de uma escultura, em pedra calcária da região, com a palavra Fátima. O “l” será substituído por uma imagem estilizada de Nossa Senhora de Fátima. O acento da letra “Á” será representado por uma pomba como sinal da paz. -----

À direita da palavra “Fátima” no muro existente será colocada a expressão “cidade da paz” em aço inox. -----

A disposição da palavra e da expressão permitirá fazer a seguinte leitura “Fátima cidade da paz”. Estes elementos serão colocados no limite da praça da Basílica da Santíssima Trindade com o Centro Pastoral Paulo VI. -----

Com este projeto pretende-se promover a pedra calcária como produto natural da região e Fátima enquanto cidade da paz e destino turístico-religioso à escala mundial. -----

Orçamento e Público-Alvo -----

- 5.250,00 € -----
- População de Fátima e do Concelho de Ourém -----
- Peregrinos nacionais e estrangeiros” -----

**PROJETO: “A Arte de Agir!” – Escola Básica e Secundária de Ourém -----**

Responsável: Prof.º Jorge Martins -----

Pedro Verdasca, 11.º ano -----

Maria Carlota Pereira, 12.º ano -----

Beatriz Gonçalves, 12.º ano -----

João Verdasca, 11.º ano -----

Ana Laura, 11.º ano -----

Guilherme Veríssimo, 11.º ano -----

Carolina Rito, 11.º ano -----

Descrição do Projeto -----

“O Jardim de Le Plessis – Trévisse, mais conhecido por Jardim de Ourém, é um ponto central da cidade de Ourém, ponto de encontro entre a Escola Básica e Secundária de Ourém, Finanças,



Câmara Municipal, as atividades do setor terciário que se situam na avenida, as habitações daquela zona, Bombeiros, Tribunal, entre outros. Isto significa, que o Jardim de Ourém tem em si as condições necessárias para que haja desenvolvimento. E, nós, ao constatarmos o potencial deste local, decidimos aceitar o desafio proposto pela Assembleia Municipal de Ourém e criar um projeto que tem como objetivo enaltecer o concelho e o seu património, usando como arma, a arte urbana. -----

Neste momento, o Jardim de Ourém encontra-se com áreas mal aproveitadas, com canteiros sem cor, casa de banho bodega, um parque infantil e bancos obsoletos, ou seja, é uma zona que apesar do potencial que tem, encontra-se sem “vida”. -----

Proposta: -----

– Revitalização do Jardim de Ourém, melhoramento do parque infantil com novos equipamentos, espaço de esplanada mais amplo, aberto e confortável, aprimoramento da fonte, novas casas de banho, canteiros com flores, criação de um caminho pedonal, realização de atividades lúdicas e concertos aos fins de semana, entre outros...

– Criação de uma escultura magnânima com o logotipo da cidade de Ourém, colocada no jardim de Ourém, de modo que, as pessoas possam tirar fotos com uma vista panorâmica para os castelos. -----

– Colocação de azulejos relacionados com cada freguesia do concelho no mesmo, enaltecendo o concelho na sua totalidade, bem como a arte urbana. -----

Orçamento e Público-Alvo -----

- 30.000,00 € -----
- Comunidade em geral”-----

**PROJETO: “OureanArt” – Colégio de S. Miguel** -----

Responsável: Prof.º Cláudio Barroca -----

Ana Sofia, 8.º ano -----

Catrina Gregório, 8.º ano -----

António Melo, 8.º ano -----

Bruna Henriques, 8.º ano -----

Guilherme Santos, 8.º ano -----

Dina Neves, 8.º ano -----

Ana Reis, 8.º ano -----

Descrição do Projeto -----

O projeto OureanArt é constituído por uma pintura mural e por um conjunto de peças artísticas com utilidade para a população ourensense. -----

Na pintura, temos o objetivo de representar a princesa Oureana, que deu origem ao nome da cidade de Ourém. Ainda nesta obra de arte utilizámos triângulos coloridos. -----

A imagem feminina de Oureana representa Ourém e os triângulos remetem para o projeto AJO, assemelhando-se com as suas cores e design gráfico. -----

Com este projeto temos o objetivo de chamar à atenção das pessoas quando passam pelo local, destacando-se pela diferença e inovação, o que poderá trazer mais visitantes a Ourém e melhorar a qualidade de vida dos locais. -----

Associado a este projeto acrescentamos outros elementos artísticos, nomeadamente bancos, toldos e uma rampa. -----

Estes elementos serão alusivos à pintura de Oureana, sendo, por isso, neles representados os mesmos triângulos e cores, remetendo sempre para a história de Ourém.

Em relação ao local para realizar esta intervenção, escolhemos a Avenida D. Nuno Álvares Pereira. Na parede de um prédio, perto do Lidl, irá estar a pintura e as outras expressões artísticas estarão espalhadas pela rotunda. -----

Orçamento e Público-Alvo -----

- 17.000,00 € -----
- Toda a população Ourense, especialmente os mais jovens.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu a apresentação dos respetivos projetos da Assembleia Jovem de Ourém, tendo questionado a Assembleia Municipal e Executivo sobre eventuais intervenções. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Cumprimento todos os participantes e, mais uma vez, conforme tive oportunidade de vos dizer aquando das sessões de abertura desta iniciativa, agradecer o facto de, mais uma vez, estarem envolvidos professores, alunos e respetivas escolas/colégios, porque, só com

esta participação é que o nosso concelho pode ser um concelho Vivo, um concelho que todos nós queremos melhorar para o futuro. -----

Um agradecimento também ao senhor Presidente da Assembleia Municipal por esta iniciativa, mais uma vez, o que só engrandece a Assembleia Municipal. -----

Antes de tecer alguns comentários a estes três projetos que foram aqui apresentados, recordo que, no ano passado, na primeira edição, houve dois projetos vencedores. Um deles, tem a ver com a disponibilização de bicicletas elétricas à população. Aproveitando o aviso, através da CIMT – Médio Tejo, estamos, em conjunto com outros quatro municípios, a trabalhar na apresentação de uma candidatura que prevê esta situação. Para o nosso concelho estamos a prever a criação de dez estações de bicicletas elétricas, seis em Fátima e quatro em Ourém que terão cinquenta e uma docas, prevendo a aquisição de trinta bicicletas elétricas. É um projeto que está a ser desenvolvido em conjunto com outros municípios para que seja apresentado, e que irá ao encontro da proposta da AJO do anterior. penso que é importante e encorajador para estes jovens que se envolvem nestes projetos, vendo que nós estamos atentos aos mesmos e, se os pudermos implementar, cá estaremos para o fazer. -----

O outro projeto do ano passado que tinha a ver com a Ribeira de Seiça, um parque de lazer, é um projeto mais complicado porque estamos a falar de terrenos privados que teriam de ser adquiridos, por isso, ainda não estamos a trabalhar neste projeto. -----

Relativamente à AJO deste ano. São três projetos excelentes, ideias muito bem conseguidas. O primeiro projeto, teremos de ver a propriedade dos terrenos que se propõem instalar esta escultura de arte urbana. Penso que é da propriedade do Santuário e por isso, uma excelente ideia, podendo o Santuário estar, eventualmente, recetivo ao projeto, o que me parece vir a engrandecer aquele local e constituir um ponto de passagem quase obrigatório. -----

O segundo projeto traz algumas ideias muito interessantes, a pintura de um mural em dois locais, um deles também privado, na rotunda do Lidl, a outra num local público, o Centro Municipal de Exposições. Sugere-se ainda uma rampa de acesso ao Tribunal e uma outra de acesso ao jardim que será objeto de remodelação, aquando da intervenção que temos preparada para aquele espaço. Esta intervenção também ficará contemplada neste projeto. A

questão do todo também é interessante, uma ideia que poderá ser estudada. Há um conjunto de ideias que também estão previstas no projeto previsto para aquele espaço do jardim. -----

Estas ideias são sempre bem vindas e, se pudermos, iremos acolhê-las no futuro. -----

Muito obrigado” -----

----- De seguida, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS**, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Gostaria de congratular-me com estes três projetos que foram aqui apresentados. Congratular-me com o projeto apresentado pelo Colégio Sagrado Coração de Maria, na pessoa da Isabela; do Colégio de S. Miguel, na pessoa da Ana Sofia; e também da Escola Básica e Secundária de Ourém, na pessoa do Pedro Verdasca. ----

Gostaria de dizer que, estes projetos para além de manifestarem um conjunto de ideias inovadoras para o concelho de Ourém, revelam uma característica comum a todos e que, congratular-me-ia também com a iniciativa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, o que estes projetos trazem, são coisas que fazem falta. Na verdade, as três coisas que foram aqui apresentadas fazem falta, tendo acontecido o mesmo com os projetos do ano passado. ---

É importante que os mais jovens possam trazer, àqueles que têm de decidir, coisas novas e coisas que fazem falta ao concelho. -----

Congratulo-me com esta atitude. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal e na pessoa do senhor Presidente da Câmara que terá de executar e que está alinhado nesta perspetiva, muito obrigado.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Gostaria de dar os parabéns aos jovens, aos professores e às escolas que os ajudaram e aos pais que os apoiam. -----

Gostaria ainda de me congratular com esta iniciativa promovida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Parabéns. Esperamos, no futuro, ver estes projetos em execução no nosso Município” -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de felicitar os jovens pelas propostas aqui apresentadas. -----

Os meus colegas que me antecederam já fizeram aqui algumas referências do interesse e relevância para o nosso território da existência destas propostas. -----

Sublinharia aqui, e parafraseando “nenhum homem é uma ilha”, estes trabalhos aparecem um pouco como um trabalho coletivo, não só num grupo de alunos que estiveram envolvidos, num grupo de professores que estiverem por detrás do trabalho dos seus alunos e das instituições que estão também por detrás dos alunos e professores, razão em que, quando tantas vezes e de forma injusta, na praça pública, se maltratam essas instituições, esses profissionais e também e também o próprio empenho da juventude, fazendo quase pensar que são gerações perdidas, tivemos aqui um exemplo pela positiva que, certamente, vai deixar marcas indeléveis aqui no nosso futuro e no sonho da utopia, certamente, vamos ter aqui algo com que os cidadãos ourenses e visitantes se vão orgulhar. -----

Parabéns pela iniciativa e parabéns a todos os envolvidos.” -----

= **ESTELA JOSÉ NUNES SILVA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “A bancada do grupo municipal do Partido Social Democrata destaca a iniciativa da Assembleia Municipal de Ourém, que mais uma vez deu a oportunidade aos jovens de apresentarem propostas para a valorização do nosso concelho. -----

De recordar que no ano transato as apresentações foram apreciadas e tidas em consideração pelo executivo municipal. A título de exemplo e juntamente com Abrantes, Tomar e Torres Novas apresentaram uma candidatura intermunicipal para a criação de "sistema integrado de bicicletas para uso público no Médio Tejo" a apresentar no Centro 2020 no âmbito da mobilidade, sendo que a candidatura contempla diversas estações nas cidades de Ourém e Fátima. -----

A AJO – Assembleia Jovem de Ourém, reuniu-se pela segunda vez no passado dia 15 de junho. Sob o mote da arte urbana para o concelho de Ourém, a sessão da manhã foi dedicada ao escalão do 2º e 3º ciclos e a da tarde ao ensino secundário. -----

Devido às restrições impostas pela pandemia da Covid-19 a reunião contou com a presença em sala dos porta-vozes, acompanhando a restante equipa por videoconferência. -----

O primeiro escalão acabou por ter duas propostas vencedoras, dada a grande proximidade no número de votos. O prémio foi para os projetos “Fátima, Cidade da Paz” do Colégio do Sagrado Coração de Maria e para o “OureanArt” do Colégio São Miguel. -----

A primeira ideia trata-se de uma escultura, em pedra calcária da região, com a palavra “Fátima” estilizada, a colocar perto do Santuário de Fátima e onde os turistas possam tirar fotografias; a segunda ideia consiste numa pintura mural dedicada à lenda da moura Oureana, a colocar à entrada da cidade de Ourém, acompanhada de um conjunto de peças artísticas com utilidade para a população ourensense. -----

Na sessão do ensino secundário, a vitória foi para o projeto “A arte de agir” da Escola Básica e Secundária de Ourém. Esta ideia consiste na requalificação do jardim de Le Plessis – Trévisse, na cidade de Ourém, usando como ferramenta a arte urbana. -----

As ideias apresentadas no âmbito do projecto AJO, independentemente de serem vencedoras ou não, são devidamente analisadas e apreciadas pelo executivo municipal, desde que ponderada a sua viabilidade, nomeadamente ser compatível com PDM, enquadrados nas GOP's ou no orçamento municipal e haja legitimidade para que a proposta seja executada na esfera do espaço e domínio público. -----

Esta iniciativa aproxima os mais jovens dos eleitos locais, constituindo uma via de realce da importância do seu contributo para a resolução de problemas de âmbito local, dando-lhes voz junto dos órgãos municipais. -----

Felicitemos assim o senhor Presidente da AMO pela capacidade organizativa deste evento, que contou com a participação de centenas de jovens de todas as escolas do concelho e que é já uma referência nacional e a camara pela atenção, abertura e disponibilidade em colaborar com esta iniciativa.” -----

= **SAMUEL DOS REIS BAPTISTA** expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Saúdo todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia e o público presente via comunicação digital. -----

Não podia deixar de referir este projeto que leva à participação dos jovens. Muitas vezes, estes são postos de lado por isso, gostaria de referir que, são os jovens que muitas vezes têm ideias que não valorizamos. Mas, neste caso aqui, o senhor Presidente da Assembleia teve a delicadeza e a iniciativa de dar a palavra aos jovens e de os deixar participar. -----

Mais uma vez, felicito os jovens pela participação. Felicito também os professores e as famílias porque, provavelmente, foram muitas a horas de trabalho em casa para trazer estas ideias até aqui. -----

Espero que estas ideias sejam implementadas em prol do concelho de Ourém. -----

Obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu, mais uma vez, aos jovens que trabalharam ativamente no projeto da AJO. -----

Deixou ainda um muito obrigado a todos. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- Antes de entrar no período da Ordem do Dia, tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL propôs uma alteração à ordem de trabalhos, nomeadamente, ao ponto **02.02 – Ratificação da proposta camarária – medidas de apoio às instituições, às famílias e às empresas no âmbito do COVID-19.** -----

Conforme disse, trata-se de um ponto demasiado abrangente, não focando especificamente aquilo que, de facto, foi aprovado, pelo que propôs a subdivisão do referido ponto 02.02 nos seguintes três pontos: -----

----- **02.02.01** – Apreciação e votação da proposta camarária – isenção do pagamento de taxas das esplanadas e toldos, durante os anos de 2020 e 2021. -----

----- **02.02.02** – Apreciação e votação da proposta camarária – isenção do pagamento das taxas de publicidade, durante os anos de 2020 e 2021. -----

----- **02.02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária – redução da taxa de derrama. -----

----- **Questionados os representantes dos grupos municipais, com assento neste órgão deliberativo, foi a proposta aprovada por unanimidade.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- **02 - ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo B-2)-----  
**02.01 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2019.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32761**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação dos documentos citados em epígrafe, nos termos da alínea i), do n.º 1, do art.º 33º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e bem assim da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do mesmo diploma legal. -----

----- Foi ainda remetido um link de acesso aos documentos acima referenciados, que foi reencaminhado a todos os seus membros constituintes do plenário. -----

----- Participou, por videoconferência, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira, procedendo a uma exposição técnica sobre a matéria em análise (documentação anexa ao processo) -----

----- Finda a participação, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA** expôs o seguinte: “Gostaria de colocar algumas questões relativamente à análise que fiz do relatório e também do que é relevante no mesmo. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, na sua opinião, qual é a função económica e financeira do Município? -----

Como é que caracteriza as taxas de execução na sua globalidade, boas, más ou mais ou menos. Há aqui um dos subobjetivos do relatório é a taxa de execução quanto ao turismo. O turismo não é um objetivo é um subobjetivo de um objetivo global. Qual é a taxa de execução relativamente ao turismo. -----

O valor que vem neste relatório referente às transferências para as freguesias, é maior ou menor do que era em 2017.” -----



----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Acima da função economia do Município, está o proporcionar do bem-estar às populações que nos elegeram e proporcionar melhores condições de vida e qualidade de vida a todos nós. Este é, obviamente, o principal fator de um Município e de um executivo municipal, mas aliado a isso terá que haver sempre algum rigor financeiro. E, certamente que o senhor deputado não estava satisfeito, em oito anos de governação socialista, ter delapidado o património Municipal em perto de quarenta milhões de euros porque os resultados líquidos negativos foram constantes. Isso certamente não o deixa satisfeito, mas, mesmo assim, votou a favor do relatório de contas de 2017, onde isso foi evidenciado. -----

Essa é a função do Município. Acho que todos estamos de acordo em relação a isso e, se o conseguirmos fazer com contas equilibradas, todos devemos ficar satisfeitos, penso eu. Por isso, esse é o princípio que nós procuramos manter e é o que temos procurado fazer ao longo destes dois anos de exercício de contas que já foram aprovadas. -----

As taxas de execução, pergunta se estou satisfeito, claro que não, nem ninguém pode estar satisfeito. Todos nós queremos umas taxas de execução muito mais altas, como é óbvio. O senhor deputado nunca esteve no executivo municipal, mas o senhor deputado José Alho já esteve e sabe bem das dificuldades administrativas que existem para que um projeto se possa iniciar. Nós quando orçamentamos um qualquer projeto, pensamos que ele terá execução a partir de uma determinada data. Acontece que hoje, com a falta de mão de obra que existe, as empresas tudo fazem para atrasarem o máximo possível as obras, o que vai ter reflexos na execução do orçamento. Respondendo à questão, não estou satisfeito, mas, muitas vezes, a culpa não é dos executivos municipais. Falo com os muitos colegas e acontece-lhes o mesmo. E, nós não temos nenhuma obra deserta, o que acontece quando não há empresas para fazer o trabalho. -----

Quanto ao Turismo. Recordo que o papel do Município é fomentar e procurar trabalhar o turismo, o que temos vindo a fazer dentro das nossas possibilidades. -----

Quanto às transferências para as freguesias, o Município quando aqui chegámos transferia cerca de setecentos mil euros, em termos de despesas correntes, e nós passamos para mais de um milhão de euros. Estou a falar de transferências correntes, pois pode haver

transferências de investimento, o que no passado pode ter acontecido para a execução de algumas obras, o que não estamos a fazer agora. -----

Em termos de apoios diretos, como delegação de competências, foi aumentando cerca de 40% o valor das transferências do município para as freguesias, mas também pode haver desvios porque as freguesias podem não executar todo o orçamento que têm disponível por parte da Câmara Municipal. O dinheiro transferido para as juntas de freguesia pode não ser todo utilizado naquele ano e passará para o ano seguinte. Hoje, o executivo transfere muito mais dinheiro para as freguesias do que transferia no passado.” -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Em nome do grupo municipal do Partido Socialista, queria defender a nossa honra, se me permite. Não acredito que o senhor Luís Albuquerque deve ter dito isso, não acredito que tenha sido intencional, utilizou aqui uma expressão que penso não vai na sua cabeça, de acusar o Partido Socialista no executivo, de ter delapidado o Município em 40 milhões de euros. Foi isso que disse. Gostaria de saber se o reafirma. -----

Dizer ainda, sob o ponto de vista do conceito, delapidar significa fazermos uso errado, esbanjar, uma utilização negativa e até criminal dos fundos, o que não significa que seja a visão que eu tenho dos tempos passados. Se nós recordarmos a grande dívida que o executivo do Partido Socialista herdou em 2009, e recordava que, na altura, o senhor Presidente também era Vereador assim como o senhor Presidente da Assembleia Municipal, recordava, por exemplo, uma questão que aí sim, poderia, mas não iria usar o termo delapidação, mas talvez erro de planeamento que foram os custos associados ao novo edifício dos Paços do Concelho. Estavam estimados numa quantia que não chegava aos 4 milhões de euros e ultrapassaram os 8 milhões, porque até se tinham esquecido que tinha de haver fundações, tinha de haver estacarias, etc.. São erros de planeamento, não apelido isso de delapidação, como aqui referiu. Quando há pouco foi referido que o revisor oficial de contas já retira esse milhão de euros, sabe de onde era? De um conjunto de projetos encomendados na altura pelo executivo presidido pelo Dr. David Catarino e que o executivo do Partido Socialista, obviamente, enquadrou e, como qualquer instituição deve fazer, deve honrar os compromissos e tentar resolvê-los a bem da dignidade do uso dos serviços públicos. -----

Pedi a palavra, para dizer que acho, manifestamente, inoportuna a afirmação delapidação, poderá usar outro adjetivo. -----

E, escuso-me a entrar aqui nesta guerra de quem faz o quê. Todos fazemos coisas boas e coisas erradas. O Partido Socialista, por acaso, no seu executivo de 2009 a 2017, até tem uma vantagem que lhe foi traduzida pela Coligação de direita, que foi a questão de haver a Lei dos Compromissos, um conjunto de travões junto de administrativos e financeiros que, mesmo que houvesse esse espírito despesista de que acusam sempre o Partido Socialista, em sequer ele era possível de concretizar porque a Lei o travava.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Comentando o que o senhor deputado José Alho aqui nos traz, o termo delapidar pode ser exagerado mas, nunca pus em causa a honorabilidade de quem aqui esteve. Eu disse que os executivos socialistas, durante oito anos, apresentaram, consecutivamente, resultados negativos que contribuíram para que o resultado do ativo do Município tivesse caído, não delapidado, tivesse caído. Esta foi a ideia que quis transmitir. -----

Em relação à ADSL, eram projetos do PSD, mas que, durante oito, dez anos, 12 anos, ninguém foi capaz de resolver. Teve de haver aqui acordos com a ADSL para resolver a questão e penso que todos devemos estar satisfeitos por isso ter acontecido. E, não falo só em nome da Câmara de Ourém, falo também da Câmara da Batalha, da de Porto de Mós, Leiria que também tinham. Era uma série de entidades que conseguiram resolver o problema. -----

Em relação à dívida, que fique bem claro, e acho que o disse, a dívida tem vindo a baixar desde 2011. O teto máximo da dívida, estão aqui os relatórios, foi em 30 de junho 2011, no valor de 37.453.602,74 euros.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores -----

Demais colegas -----

A minha intervenção é justificada pelo seguinte. É verdade que o senhor Presidente, agora já retirou o que disse e o meu colega José Alho já fez a defesa da honra da bancada e, sobretudo, a verdade história. -----

Recordo-me, aquilo que marcou a vida do Partido Socialista, nos 8 anos que estive na Câmara Municipal, foi a baixa da dívida, não foi o aumento da dívida. Foi lutar contra tudo e contra todos para baixar uma dívida de, ainda do ponto de vista contabilístico, encontra uns 37 milhões de euros no ano de 2010 e, quando o senhor Presidente agora tomou posse, tinha lá uma dívida de 11 milhões. São 26 milhões de baixa da dívida. Esse é o grande legado que a gestão Socialista deixa para além de um forte investimento em áreas onde este executivo não aposta, e por isso também poupa. Se formos a ver, o senhor Presidente fez uma execução em 2018 onde poupou 2 milhões de euros, mas não apoiou nenhuma instalação de IPSS. Poupa mais 1 milhão e tal em 2019, e para 2020 a mesma coisa. -----

Ora, nós fizemos um programa social no concelho de Ourém que teve mais de 7 milhões de euros de investimento da Câmara no apoio a IPSS a sério que, já vinha de trás, também é preciso dizê-lo. Temos instalações no CRIO e noutras instituições no concelho que levaram a que os resultados líquidos fossem negativos no final, mas, recordo-me perfeitamente, das declarações de voto do PSD e do senhor Presidente da Câmara, na Câmara Municipal. Algumas declarações de voto do PSD, na Assembleia Municipal, atirando-se ao Presidente da Câmara anterior pelo facto de fazer provisões e o Presidente da Câmara anterior dizia que fazia provisões e os resultados eram negativos porque havia processos em Tribunal, havia isto, havia aquilo... -----

Não vou aqui fazer um julgamento de ninguém. O senhor Presidente apresenta aqui as contas e devemos sublinhar pela sua qualidade e pelos resultados que tem, são bons, baixam também a dívida. É preciso dizer isto, mas também é preciso dizer que baixou a dívida muito à custa de poupar muito dinheiro e de investir muito pouco. Com taxas de execução desta, quase 40% do orçamento não é executado. -----

Não sei qual o fim disto, mas espero que possamos ir dando passos, baixando a dívida, a curto e médio prazo. Como já disse, se tivermos de aumentar a dívida para termos obra, que o façamos. -----

Não vale a pena atirar com o presente nem com o passado, vale a pena sim, dizer que estamos a fazer a melhor gestão possível e a taxa de execução, cada um responde pelas suas. O senhor Presidente acabou de responder pela sua." -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Falou-se aqui em investimento. É bom esclarecer essa situação e temos de comparar os períodos homólogos. Temos dois exercícios completos, os anos de 2018 e 2019. Se compararmos com o mandato anterior equivale a comparar com os anos de 2014 e 2015, que são os dois primeiros anos depois do início do mandato. Fiz aqui este exercício e em 2014 e 2015, o volume de investimento municipal foi de 9.022 661.47 euros, em 2018 e 2019 o período homólogo, o volume de investimento foi de 12.360.913,02 euros, o que significa que, durante estes dois anos que podemos comparar, este executivo atual investiu mais 3.338.251,55 euros, o que equivale a dizer que o valor do investimento foi 37% superior em relação ao mesmo período do executivo anterior.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor, ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO, expôs o seguinte: “Gostava de fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara. -----

Agradeço a sua amabilidade em nos esclarecer, mas, salvo melhor opinião, essa comparação não pode ser feita porque está a comparar um tempo da Troika com o tempo de agora. Está a comparar o fim do quadro comunitário que acaba em 2013, tendo uma pequena execução em 2014, com os anos em que deixaram seis milhões de obra devidamente garantida com financiamento comunitário. Mais, uma obra de três milhões e meio de euros de saneamento, também candidata e ganha e que executou. Se formos questionar os ourensenses onde é que foram gastos esses três milhões e meio de euros, não conheço nenhuma outra obra inaugurada. Explique onde gastou esse dinheiro.” -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Sr.s Secretários, -----  
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Sr.s Vereadores, -----  
Ex.mos Senhores Deputados, -----  
Ex.mos Ourenenses, -----  
Ex.mos membros dos órgãos de Comunicação Social, -----  
Minhas Senhoras e meus senhores, -----

Todos os anos, o momento da análise do Relatório de Gestão e a Prestação de Contas referente ao ano anterior é aquilo a que popularmente podemos chamar a “prova dos nove” ou o “momento da verdade”. Aqui não há margem para outros números e o parecer Revisor Oficial de Contas externo garante a independência que se exige para a credibilidade desta discussão. Em suma, por mais voltas que se possam dar, a veracidade e a factualidade dos números apresentados não dá qualquer margem para interpretações políticas à medida das conveniências. -----

Por se tratar de um documento extenso e muito específico, salientamos cinco factos que sobressaem neste documento e que à bancada do Partido Social Democrata, deixam um sentimento de grande satisfação e orgulho: -----

- 1) O Município tem uma dívida de 7,5 milhões de euros, historicamente, o valor mais baixo desde 2002; -----
- 2) O Município tem depósitos à ordem, de 9,5 milhões de euros, ou seja, a qualquer altura poderia solver toda a dívida municipal, o que não acontecia desde 2002; -----
- 3) Pelo segundo ano consecutivo, o Município apresentou resultados positivos, o que já não acontecia desde o pretérito ano de 2005, sendo bom recordar que no ano de 2017 o resultado líquido tinha sido de negativo em 4,4 milhões de euros; -----
- 4) O valor do investimento municipal continua a ser superior face ao ano anterior, sendo que em 2019 se fixou nos 6,4 milhões de euros, sendo que o investimento no período homólogo do mandato anterior (em 2015) se fixou nos 4,6 milhões de euros;
- 5) O prazo médio de pagamento aos fornecedores é de 21 dias, quando em 2017 se situava nos 34,5 dias. -----

Destes números resulta uma consequência imediata... durante este exercício autárquico, com o Partido Social Democrata na gestão municipal fica de uma vez por todas debelada a constante tentativa do Partido Socialista em rotular os nossos autarcas de despesistas e sem rigor na gestão, ficando também bem evidente a melhoria acentuada de todos os indicadores económico-financeiros comparativamente com 2017. -----

Face aos números agora apresentados, não deixa de ser caricato, para não dizer incompreensível, que os Sr.ºs Vereadores do PS (e agora a bancada do PS nesta Assembleia)

tenham optado pela abstenção nos dois últimos orçamentos quando, os mesmos Vereadores em 2017, e com resultados negativos em cerca de 4,4 milhões de euros, tenham votado favoravelmente. -----

Coerência é preciso.” -----

= **MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS**, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: -----

Nota prévia: “Antes do mais, gostaria de deixar uma nota prévia para registar, aqui, em sede de reunião de Assembleia Municipal, que temos vindo a assistir a uma desoneração de certos pontos da ordem de trabalhos, quando - sem pretender substituir-me a nenhum outro Partido no sentido de definir as suas próprias prioridades - há matérias que devem ser tratadas, do meu ponto de vista e do ponto de vista do CDS-PP, de forma bastante mais aprofundada. Na última reunião da Assembleia Municipal, tratou-se a revisão do PDM. O PDM é um documento, um instrumento, importantíssimo e não houve um debate, por parte de alguns partidos políticos aqui representados, digno desse nome, que fosse ao fundo da questão. Aproveita-se o período de debate para fazer perguntas ao Executivo, usa-se este tempo para fazer insinuações e tentar censurar o comportamento político do Executivo, mas, quanto à matéria de fundo, eu próprio, fico sem saber, nomeadamente em relação ao Partido Socialista, o seu pensamento sobre estas matérias. Hoje, na reunião de hoje, está a colocar-se a mesma questão em relação às Contas. Se a revisão do PDM foi uma das matérias de fundo que deveria ter sido debatida apropriadamente nesta Assembleia – e o Partido Socialista não o fez -, outra é o Relatório e Contas, que o PS volta a não querer discutir no período consagrado ao debate. -----

Com esta nota prévia gostaria de sugerir que, em futuras reuniões da Assembleia Municipal, e sem prejuízo do que está consagrado em regimento, cada Partido promova - como digo, sem pretender interferir na liberdade que cada um tem para definir as suas próprias estratégias - nos pontos que manifestamente todos consideramos como essenciais, um debate aprofundado sobre eles.” -----

Declaração: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém -----  
Exmos. Senhores Vereadores, -----  
Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----  
Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----  
Exmas. Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas -----  
Exmos. Representantes das Associações Cívicas, Desportivas, Recreativas, Culturais e  
Empresariais, -----  
Exmos. Senhores Funcionários, -----  
Exmos. Convidados, -----  
Exmos. Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----  
Minhas Senhoras, -----  
Meus Senhores, -----

Em nome do CDS-PP, gostaria de me congratular com o resultado apresentado no Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referentes a 2019. -----

Como sempre temos dito, a actividade política deve nortear-se pela coerência. Durante todo o período em que a 'Coligação Ourém Sempre' exerceu o seu mandato na oposição, sempre se bateu de forma pública e transparente pela importância do rigor nas contas municipais, precisamente porque só desta forma é possível não apenas cumprirmos o que prometemos como irmos ao encontro dos verdadeiros destinatários da acção política. E os destinatários preferenciais da nossa acção política são as pessoas, as famílias, as escolas e as empresas, dedicando especial atenção às comunidades de vizinhos, à livre associação e ao voluntariado.

Os candidatos e, depois, os eleitos pela 'Coligação Ourém Sempre' assumiram, por isso, o compromisso de promoverem uma gestão eficiente, equilibrada e transparente dos serviços públicos autárquicos, reduzindo, em simultâneo, a dívida e a carga fiscal que onerava – e ainda onera - tanto as famílias como as empresas. A redução e a eventual extinção de impostos e de taxas constitui um factor decisivo para promover e favorecer a família, dinamizar o tecido social e económico e contribuir para a criação de mais postos de trabalho e de mais riqueza ao nível municipal, bem como para fomentar políticas urbanísticas, de desenvolvimento, de combate à desertificação e de recuperação de zonas do interior. Mas como todos bem sabemos, só é



possível baixar taxas e impostos se a gestão dos dinheiros públicos for absolutamente rigorosa. Por isso, cada dia que passa em que a dívida é mais baixa e os dinheiros são geridos com mais rigor, mais esperança temos de que a despesa de hoje não se transforme em impostos e taxas amanhã. -----

Ora o Relatório hoje apresentado a esta Assembleia configura a mais baixa dívida do município desde 2002 e representa uma redução de 1,4 milhões de euros face a 2018. Mais: em 31 de Dezembro de 2019, o município tinha uma disponibilidade financeira de 9,5 milhões de euros, o que, de forma simples e que todos entendem, significa tão-só que, se assim o entendesse, o Executivo municipal poderia liquidar integralmente a dívida que tem e ainda dispor de algum dinheiro. É muito bom que nos encontremos nesta situação financeira. -----

Senhor Presidente -----

Minhas Senhoras -----

Meus senhores -----

Perante este facto maior e perante todos os que aqui foram apresentados pelo Executivo relativamente ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referente a 2019, de que também posso destacar, por exemplo, o prazo de pagamentos a fornecedores que é de 21 dias – que diferença para as contas nacionais do Estado, que diferença...! – o CDS-PP entende, lembrando-se muito bem do que se passou em 2011 quando o país não dispunha de um só cêntimo para pagar salários aos seus próprios funcionários e, por não dispor de dinheiro, nos obrigou, a todos, portugueses, a passarmos por uma situação muito difícil com enormes sofrimentos que não devemos esquecer, antes recordar a cada momento, o CDS entende, dizia, que é este o caminho certo: contas em dia, contas certas, contas sãs. -----

Estranha, por isso, o CDS que o PS se abstenha quanto a este Relatório, sobretudo quando no ano passado votou a favor! Ou seja, o PS vota a favor quando as contas se revelam piores e abstém-se quando as contas se revelam melhores. Por este andar, mantendo o Executivo, como deve, o mesmo rumo, poderemos todos contar já com o voto contra do Partido Socialista no Relatório de Contas relativo a 2020... -----

Ironia à parte, a verdade é que a posição do PS é incompreensível! E é-o tanto mais quanto, depois, usando o argumento das contas sãs, acusa o Executivo de falta de ideias e de visão.

Ora todos nós sabemos e conhecemos bem como é que o Partido Socialista gere dinheiros públicos. É por isso que essa acusação feita ao Executivo não colhe. E não colhe porque a 'Coligação Ourém Sempre' sempre entendeu que só se deve dar um passo em frente quando, se tiver que dar um passo atrás, o terreno que pisar é terreno firme. Porque se for pantanoso também sabemos o resultado que daí adviria. -----

Portanto, Senhor Presidente da Assembleia e, em especial, Senhor Presidente da Câmara, o CDS congratula-se com o caminho traçado e mais do que isso, com a forma como V.Exa. e o Executivo a que preside têm gerido eficiente, equilibrada e transparentemente os dinheiros e os serviços públicos autárquicos. -----

Honrar, também nesta matéria os compromissos eleitorais que defendemos junto dos nossos munícipes, não os deixando cair depois de ganharmos as eleições, sendo já uma marca do exercício do nosso mandato autárquico, não significa nem falta de ideias nem falta de visão. Significa, isso sim, realismo. O sonho, esse, continua. E haverá tempo. Do nosso ponto de vista, não basta termos visão. Mais do que o desafio, o objectivo é - e deve ser - o de conseguirmos concretizar a visão que temos sem comprometer o futuro colectivo, nomeadamente o das pessoas, das famílias, das escolas e das empresas, isto é, o futuro dos destinatários preferenciais da nossa acção política. -----

Disse.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor, JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Não queria contribuir para o alongamento da sessão, mas, como fui aqui interpelado diretamente, gostaria de dizer ao deputado Martim, com todo o respeito intelectual que merece, tenho de refutar a sua forma de a nossa participação. Provavelmente, apesar de ter referido o Partido Socialista, deve estender essa apreciação também a todos os outros grupos que constituem esta Assembleia, de que não há debate, se fazem perguntas. Há uma determinada metodologia que é a exposição dos pontos, aos quais nós temos o direito democrático de sermos esclarecidos e podermos colocar todas as questões. -----

Penso que há alguma inverdade da sua parte quando agarra em dois exemplos concretos. Com toda a honestidade intelectual, quando refere a questão do PDM e a questão das Contas. Relativamente às Contas, cada um pode ter a sua opinião, a democracia é exatamente isso. Eu intervim aqui chamando a atenção que havia aqui um termo que era completamente despropositado, descontextualizado, porque delapidar é um crime. Se houvesse essa delapidação, o senhor Presidente da Câmara, o que teria de fazer, era comunicar ao Ministério Público o acionar os mecanismos normais para um ato tão violento do ponto de vista do ordenamento jurídico e, concretamente, do criminal. -----

Relativamente à questão do PDM, só posso admitir, com todo o respeito, que tenha estado distraído. Eu que, felizmente, vou tendo boa memória, digo-lhe, se houve debate ou tentativa de debate, houve de forma séria do Partido Socialista. Eu próprio, na declaração que aqui fiz, que, infelizmente, por respeito democrático, não houve tempo para a ler toda porque ultrapassava os três minutos, mas referi questões essenciais e que estão transcritas na ata. O nosso protesto relativamente a um assunto tão importante como a Comissão Municipal de Ambiente e Ordenamento do Território não ser ouvida nisto, a que refutou que não era necessário, é necessário. Se uma Comissão existe formalmente ela tem de ser ouvida. Eu referi questões tão incongruentes para o desenvolvimento do concelho como, por exemplo, permitir a existência de exploração de pedreiras fora dos espaços designados no PDM para isso. Referi a falta de intermunicipalidade. Referi o caso concreto da zona empresarial de Gondemaria. Além de muitas outras questões em que fui ao fundo da questão. -----

Por isso, eu não posso aceitar, em nome do Partido Socialista, que se diga que isto é quase um faz de conta, se bem que, no caso do PDM, até poderíamos questionar qual a utilidade prática de estarmos num debate, num momento em que o executivo já o tinha aprovado e nós estávamos aqui apenas a fazer mais um serviço de “marionetas”, pessoas de um teatro que tínhamos de cumprir este papel porque a aprovação já estava feita. Qualquer alteração substantiva que aqui existisse não tinha qualquer efeito prático. Mesmo sabendo isso, aceitámos do ponto de vista intelectual e político e

dar o nosso melhor. Pelo menos a postura do Partido Socialista, enquanto eu estiver aqui na liderança, e estes meus colegas, vai nesse sentido.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Deixo aqui uma nota, não fique a dúvida da agressividade que, eu julgo, não houve em momento algum, que na primeira pessoa do singular do infinitivo flexionado da palavra “delapidar” significa “*gastar, esbanjar, eliminando aos poucos a riqueza*”. O que me parece que foi devidamente atribuída.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Com o respeito intelectual que o Dr. José Alho nos merece, gostaria lhe dizer que quando entendi proferir a nota prévia que proferi, não me esqueci da intervenção que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> fez na última reunião da Assembleia Municipal e, portanto, não estava distraído. Pelo contrário, lembro-me exactamente do teor da sua intervenção. O que eu hoje aqui disse foi num sentido diferente. Vou, portanto, ser mais claro. O que contestei foi o método que o PS está a usar para não discutirmos as coisas mais aprofundadamente. Se bem me lembro, posso estar enganado, na questão do PDM, o PS e, em particular, V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, colocou, de facto, duas ou três questões, aquelas que acaba de dizer, mas a intervenção de fundo do PS foi feita através de uma Declaração de Voto, o que significa que a posição de fundo do PS foi apresentada depois de terminado o debate e depois de terminada a votação. Hoje, face às Contas relativas a 2019, acontece exactamente a mesma coisa. Nem eu nem o CDS-PP desvalorizamos a figura da Declaração de Voto. Mas, esta, é, no meu entender, um instrumento acessório ao debate que deve servir essencialmente para explicar o sentido de voto tomado e não para dar a conhecer a posição de um partido ou de um deputado sobre uma determinada matéria. E, na verdade, temos tido assuntos muito importantes na Agenda das reuniões da Assembleia Municipal que, depois, são desvalorizados, impedindo um debate sério e franco e uma saudável troca de pontos de vista entre partidos. Para o CDS-PP a essência da democracia não está na figura da Declaração de Voto.” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR; 10 ABSTENÇÕES: 08 GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA, 02 ABSTENÇÕES DO GRUPO MUNICIPAL MOVE – 34 PRESENÇAS. -----

----- De seguida, apresentaram a respetiva declaração de voto, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “O presente Relatório de Gestão e Contas do Município referentes ao ano económico de 2019, verificámos que este relatório apresenta resultados positivos. -----

A economia também foi favorável e dívida de hoje permite que, neste ano, se faça mais investimentos nas empresas para que contribuam no progresso do concelho. -----

Estou esperançado de que o investimento nas freguesias, conforme o senhor Presidente referiu que vão fazê-lo diretamente, avancem porque nós, à partida, e conforme já foi referido aqui, 2009, Seiça foi a única Freguesia onde foram suspensos os investimentos a as obras não foram realizadas. A seguir, as freguesias foram penalizadas, no primeiro mandato, porque não houve apoio, mas, o concelho teve de estar a apoiar concelhos que tinham feito os seus investimentos, portanto, as freguesias foram todas penalizadas e, creio que, neste momento, por questões de justiça, era fundamental que este ano, face aos resultados económicos que se avancem com todos os projetos que ficaram pendentes na Freguesia de Seiça no ano de 2009. Em 11 anos, as pessoas pagam impostos e têm direito a ter a resposta que os outros municípios em 2009 tiveram. -----

Esta minha declaração é no sentido de votar a favor, mas com a condição clara de que, neste momento, existem condições para que Seiça tenha mais investimentos, no sentido de corrigir o défice de 2009, foi uma injustiça que foi feita a Seiça. Penso que, neste momento, existem condições para que a mesma seja saldada.” -----

= FERNANDO DE OLIVEIRA FERREIRA, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Gondemaria e Olival, expôs o seguinte: “Faço minhas as palavras do Presidente de Junta

de Freguesia de Seiça. Quero, contudo, acrescentar que a Câmara Municipal reduziu a dívida, mas considero que esta redução foi feita à custa de pouco investimento. -----

No caso de Gondemaria e Olival, e já venho a dizer isto há algum tempo, o investimento tem sido quase zero. -----

O meu voto é favorável, mas espero que, no futuro, se olhe mais para a Freguesia de Gondemaria e Olival. -----

Obrigado” -----

= NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “ANO DE 2019 – PERDIDO E ADIADO -----

O grupo municipal do Partido Socialista abstêm-se na votação do relatório de gestão e prestação de contas do ano de 2019, simplesmente e unicamente, porque do ponto de vista técnico o documento está bem elaborado, sendo esta também a opinião da auditoria e do Revisor Oficial de Contas. -----

Politicamente O Executivo FRACASSOU na missão de executar o seu programa... e sabe bem disso. -----

Só na necessidade de contas certas e equilibradas temos opinião coincidente, como pode ser verificado no enorme decréscimo da dívida municipal nos anos que mediaram entre 2009 e 2017. -----

Este nunca seria um relatório e contas de um executivo liderado pelo Partido socialista, senão vejamos: -----

Na mensagem do Sr. Presidente de Camara, constante do relatório, nada se diz sobre o **futuro**. Recordemos que o objetivo deste documento é conhecer profundamente o que de mais relevante se passou na Camara no período em análise, os objetivos e as limitações futuras. Mais estranho é a total ausência de referências ao impacto brutal que terá a pandemia COVID19. -----

Como seria possível votarmos favoravelmente o relatório quando: -----

- No quadro de candidaturas ativas só 22% dos valores dos investimentos propostos são da lavra deste executivo, ou seja, 26 meses depois da tomada de posse. Todo o restante vem do executivo PS. Parece-nos muito pouco. -----

- Nas GOPS destacam-se os 14,56% de execução na Saúde, os 38% na Comunicações e Transportes e até nas Freguesias -----

- Nas freguesias a taxa de execução foi de 79%, no entanto a verba aplicada ainda é, imagine-se 16% menor que em 2017. -----

- Salientamos ainda, por ser especialmente grave que, a taxa de execução do sub objetivo Turismo foi de 3%, **repito para que não fiquem dúvidas 3% de taxa de execução no turismo**. Deixamos no ar a questão se terá sido uma pequena vingança pela não aprovação da taxa turística. -----

Desmistifiquemos então a propaganda: -----

Todos nós sabemos que **o objetivo final da função económico-financeira de um Município não é gerar Resultados Líquidos, mas sim implementar estratégias e investimentos tangíveis e intangíveis para criar condições para melhorar a vida comum dos seus municípios...** As empresas distribuem lucros, os municípios, não! -----

Obviamente que o objetivo de todos é que se mantenham contas certas e equilibradas, mas, existindo esse equilíbrio, a não execução dos orçamentos na medida que foram propostos, constitui-se por si só um insucesso político, e a arrogância de o não admitir, merece, portanto, reprovação. -----

Tudo isto já seria demasiado grave, se não estivesse associado a um tacticismo eleitoral obvio, com claro prejuízo para os cidadãos do nosso concelho. -----

Não cumprir o orçamentado para que, no ano eleitoral de 2021, tudo apareça feito ou em execução. -----

Já este ano, fruto dessa estratégia ou incapacidade de executar, o que esta própria Governação se propôs a executar, vimos um saldo de gerência de 2019 a ser transferido no valor de 9,3 milhões. -----

Voltamos a referir e a salientar que o saldo de gerência é a incapacidade de executar o que está orçamentado, por vós orçamentado. -----

Não se vota contra umas contas que estão bem elaboradas tecnicamente, mas a nossa abstenção é uma clara reprovação à política camararia de não execução do orçamentado e do tacticismo político.” -----

= HELENA SANTOS PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Analisados todos os documentos em apreço, bem elaborados pela Divisão de Gestão Financeira (DGF) e corroborados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), conclui-se que as finanças do Município apresentam, percentualmente, resultados positivos que resultam, também, da falta de investimento público, como já disse na minha anterior intervenção. -----

Onde estão as obras, de fundo, apregoadas desde 2018 até hoje? E as estratégias de desenvolvimento do Concelho? -----

*Neste contexto, o MOVE – Movimento Independente, na esperança de uma mudança de estratégia de investimento, abstém-se!* -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **02.02 – RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MEDIDAS DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES, ÀS FAMÍLIAS E ÀS EMPRESAS NO ÂMBITO DO COVID-19.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 20269**, datado de **2020.04.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.03.30, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na sequência da pandemia COVID 19, foi apresentado documento, datado de 30 de março em curso, do Senhor Presidente, a dar conta do conjunto, de trinta medidas de contenção já tomadas e de trinta medidas a implementar de apoio às famílias, às instituições particulares de solidariedade social e outras instituições, às empresas, entre outras, resultantes do diagnóstico efetuado no âmbito das competências e dos recursos disponíveis na esfera municipal, que poderão, em resultado da evolução das circunstâncias, serem alargadas e reforçadas para outra dimensão, sempre com o objetivo de responder positivamente aos desafios futuros dos ourienses. -----

O **Senhor Presidente** sobre o assunto mencionado em epígrafe, apresentou uma breve exposição sobre a situação atual do concelho de Ourém, designadamente: -----



- Que estão identificados 6 casos positivos com COVID 19, sendo que, na generalidade todos eles se encontram estáveis, com exceção de um caso que se encontra num estado clínico mais reservado.-----
- Que na passada semana, reuniu com o Serviço Municipal de Proteção Civil, tendo sido aprovado o *Plano de Operações Municipal para o COVID-19*, que estabelece um conjunto de medidas, nomeadamente, como atuar em caso de necessidade de acolhimento, entre outras; --
- Que o partido CDS-PP, disponibilizou ao Município de Ourém, um outdoor que possui, para eventual publicitação de mensagem alusiva à prevenção e contenção da pandemia; -----
- Que a autarquia irá disponibilizar a lista de estabelecimentos que estão abertos ao público no concelho e respetivos horários; -----
- Que foi criada uma bolsa de voluntários, que conta já com 14 elementos, para colaborar com o município em situações de emergência; -----
- Que se está a preparar informação a publicitar no site do município, na área do desporto e cultura, para que os internautas possam obter informação e participar em atividades online.” --
- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma breve exposição sobre a situação atual do concelho: “Até ao momento foi distribuído: -----
- 4.118 refeições a alunos de escalão A e B e a sem abrigo; -----
- 141 cabazes alimentares, dos quais, 65 foram direcionados a alunos; -----
- 573 atendimentos de crise e 128 intervenções diretas; -----
- 35.406 máscaras sociais; -----
- 2.123 – testes realizados em lares, creches, bombeiros, 40 funcionários do Município que lidam mais diretamente com o público, etc. -----
- 9.800 máscaras descartáveis às IPSS; -----
- 600 máscaras FP2 aos Bombeiros; -----
- 477 viseiras; -----
- 646 aventais descartáveis; -----
- 19.000 luvas; -----
- 920 cobre pés; -----
- 916 toucas; -----

- 920 mangas descartáveis; -----
- 190 litros de gel; -----
- 100 fatos reutilizáveis; -----
- 72 óculos -----

Gostaria ainda de informar destes números que, penso, são importantes: -----

- O desemprego no nosso concelho, em maio, baixou em 30 desempregados em relação ao mês de abril, o que não deixa de ser um sinal importante a salientar; -----
- Temos, neste momento, 868 desempregados no concelho, no final de maio; -----
- Até ao momento foram criadas 53 empresas no nosso concelho e extintas 23 empresas. -----

Gostaria ainda de dar conta que, ao dia de hoje, temos 30 casos ativos no concelho. Como sabem, há cerca de quatro dias, tínhamos apenas um caso ativo, mas fruto do surto que ocorreu no coro do Santuário de Fátima, temos hoje 30 casos ativos. Contudo, deixo uma mensagem de confiança. Segundo as autoridades de saúde, o surto está confinado e, hoje, apareceu somente um novo caso. -----

O que propomos aqui hoje, é a aprovação de algumas medidas que aprovámos em sede de reunião camarária – 30 medidas de contenção e 30 medidas de incentivos às empresas, IPSS, famílias, que me parecem fazer algum sentido.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se os pedidos de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS**, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Os apoios ao impacto da pandemia, constituem uma matéria que deve ser, e é, creio eu, consensual entre todos nós. Se a questão social, que foi aqui levantada e tratada, é um assunto que nos preocupa também, há dois outros que eu gostaria, não de obter esclarecimentos, mas, de ver atempadamente preparados para o próximo ano, justamente para acautelar o impacto da pandemia do ponto de vista económico: um, diz respeito às empresas no seu conjunto e o outro diz respeito à área do turismo. -----

Nas empresas, julgo que devemos ponderar sobre o destino a dar aos apoios que virão da União Europeia para Portugal. Ora, estes apoios, não virão somente para Portugal, são apoios que vão também ser atribuídos a todos os Estados-membros da União Europeia que, portanto,

também vão ser compradores e clientes de empresas portuguesas, podendo, nomeadamente, vir a sê-lo de empresas sediadas em Ourém. Devemos, pois, levar em linha de conta este tipo de raciocínio. Ou seja, não devemos estar apenas à espera do que a União Europeia nos possa vir a dar directamente, mas pensarmos que haverá empresas de outros Estados-membros que poderão vir a Portugal comprar, vir a Ourém comprar, tornarem-se clientes das nossa empresas, justamente, mas não apenas, em virtude dos apoios de que beneficiarão da União Europeia nesses Estados-membros. -----

Uma outra questão tem a ver com a área do turismo e com as informações que vamos recebendo de que boa parte dos operadores turísticos estão, nesta altura, atarefadíssimos no sentido de se colocarem na *pole position* para o ano. Ou seja, dando de barato que este ano está praticamente perdido, o que pretendem é estar primeira linha das opções dos consumidores já no próximo ano. Ora, é fundamental que, na medida do possível, o Executivo Municipal vá mais longe nos tendo em vista apoiar mais quem opera nesta área no concelho de Ourém. -----

Exemplos como os que foram aqui dados para a promoção do turismo local em origens que já foram fáceis para quem nesta área trabalho no concelho de Ourém, mas que poderão voltar a ser compensadoras, é uma ideia interessante que deve ser replicada, qualquer que seja a origem dos potenciais turistas. Todo o apoio que o Município possa, por conseguinte, conferir, direta ou indirectamente, junto do Governo ou de outras entidades públicas e privadas, para ajudar e colocar as empresas turísticas do concelho na primeira linha de partida, penso que seria interessante, justamente, para minimizar o impacto económico nesta área, já no próximo ano. -----

Muito obrigado” -----

= **PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Cumprimento o senhor Presidente, todos os colegas e todos os que estão a assistir à videoconferência. -----

Gostaríamos de colocar aqui algumas questões e fazer alguma observação relativamente ao que foi dito. -----

Neste momento, todos nós, o país, os concelhos e, nomeadamente, Ourém, estamos a passar por algo que afeta todos, todas as famílias do concelho. -----

Queríamos deixar aqui uma nota que os deputados do PS, ao contrário do que já ouvi aqui hoje, saúdam o executivo no apoio, na organização, na proximidade e na mobilização dos meios e recursos para travar a atual crise epidémica e mitigar os seus efeitos, impactos sociais no concelho. -----

O pacote de medidas, desde março, que implementou, certamente, as mais ajustadas e prioritárias no que diz respeito ao apoio às famílias e às empresas, no entanto, pela análise que fiz do relatório de atividades na área da ação social e educação, está a espelhar, sem dúvida, os apoios que agora acabou de referir relativamente aos apoios alimentares, que foram dados aos alunos e alguns cabazes às famílias. No entanto, parece-me que este relatório deixa muito a desejar no que diz respeito às medidas que são um conjunto de medidas significativas, no entanto, o relatório não reflete os apoios às famílias que julgamos terem recorrido ao Município. Digo isto porque o senhor Presidente da Câmara acaba de apresentar números que não estão no relatório de atividades, números que era importante estarem no relatório e quando fala em 868 desempregados são dados que não constavam. 23 empresas que terminaram a sua atividade também são dados que não estão espelhados no relatório. Não está espelhado no relatório o apoio efetivo às famílias. Fala muito na tarifa social, no relatório constam 13 atendimentos, neste período, a famílias que recorreram com certeza à tarifa social. Falamos aqui em apoios específicos no que diz respeito ao atendimento de crise, os números que disse não correspondem ao que está no relatório, mas tenho aqui 587 atendimentos de crise. O que fizeram a estas situações que vieram aos serviços pedir não sei o quê, porque o relatório também não espelha o que as pessoas solicitaram. -----

Parece-me que poderia ser mais transparente, parece-me que poderia haver dados mais concretos, quantas famílias recorrem, que tipo de apoios estão a pedir, que apoios estão a ser disponibilizados efetivamente a estas famílias. Se a Câmara não tem esses apoios, se faz um trabalho de parceria, porque existe uma rede social neste concelho, com um núcleo executivo que permite que sejam analisadas e sinalizadas estas situações. -----

Parece-me que o relatório não espelha as necessidades e deixa muito aquém e nós não percebemos, os ourenses não percebem se, efetivamente, o concelho de Ourém está a sofrer ou não com esta pandemia, se há ou não dificuldades. -----

Sugiro que, a nível nacional é um facto, que as famílias portuguesas recorrem a vários serviços para pedirem apoios económicos e pedir apoio alimentar. Foi um número, muito significativo, de famílias que recorreram a vários serviços, a várias associações, a pedir alimentos. Ourém, segundo o relatório, distribuiu 73 cabazes a famílias e 65 cabazes a alunos, isso dividido por três meses, resta um cabaz por família? Não sei quantas recorreram. -----

É certo que o Governo tem medidas próprias para apoio mensal, mais do que uma vez podem receber alimentos. A Câmara tem de trabalhar com as parcerias. A Câmara tem de, junto dos seus presidentes de junta, junto dos seus líderes de freguesia, obter informação sobre as famílias que necessitam e encaminhá-las para os devidos serviços, para que possam ser apoiadas. -----

O Governo tem um programa alimentar implementado, que todos conhecem, que vai ser duplicado até final de agosto em 100%. Gostaria que o concelho de Ourém tivesse o programa alimentar completamente preenchido com os destinatários que deve ter. não vamos perder apoios alimentares e deixar famílias sem esta necessidade resolvida. -----

O que o PS gostaria de saber e ver espelhado neste relatório era um diagnóstico sério, as necessidades das famílias espelhadas e os apoios que o concelho está a disponibilizar para estas famílias.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu que a intervenção atrás transcrita vem ao encontro do que referiu inicialmente. -----

Mais disse, não ter conhecimento de pessoas a passarem fome no concelho, registando-se um apoio social efetivo, procurando direcionar, o mais rápido possível, cada um dos casos que procura auxílio junto do Município. -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.02.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DAS ESPLANADAS E TOLDOS, DURANTE OS ANOS DE 2020 E 2021.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 20269**, datado de **2020.04.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.03.30, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta – “*Medidas de Apoio às Instituições, às Famílias e às Empresas no âmbito do COVID-19*” -----

----- No âmbito destas medidas, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, subdividir o ponto 02.02 da ordem de trabalhos, criando o presente ponto específico. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.02.02 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE PUBLICIDADE, DURANTE OS ANOS DE 2020 E 2021.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 20269**, datado de **2020.04.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.03.30, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta – “*Medidas de Apoio às Instituições, às Famílias e às Empresas no âmbito do COVID-19*” -----

----- No âmbito destas medidas, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, subdividir o ponto 02.02 da ordem de trabalhos, criando o presente ponto específico. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REDUÇÃO DA TAXA DE DERRAMA.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 20269**, datado de **2020.04.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.03.30, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta – “*Medidas de Apoio às Instituições, às Famílias e às Empresas no âmbito do COVID-19*” -----

----- No âmbito destas medidas, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, subdividir o ponto 02.02 da ordem de trabalhos, criando o presente ponto específico. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.03 – RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MEDIDAS DE APOIO SOCIAL E DE NATUREZA FINANCEIRA – LEI N.º 6/2020, DE 10 DE ABRIL.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 23694**, datado de **2020.05.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.05.04, dando a conhecer, a este órgão deliberativo, a deliberação tomada relativa à matéria em epígrafe, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta registada sob o n.º 21.041/2020, a **Sociedade de Advogados António Rebordão Montalvo & Associados**, com sede na Avenida da República, n.º 56, 6.º direito, em Lisboa, informou esta Câmara Municipal das novas medidas legislativas, relativas à pandemia do COVID-19, aprovadas pela Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, que permite competências em situações excecionais devidamente fundamentadas e diretamente relacionadas com o combate àquela doença. -----

O **Chefe da Divisão de Fiscalização de Contencioso**, ouvida sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 20 de abril findo, a dar conta de que o referido diploma permite isenção de algumas taxas, como por exemplo as de utilização da Casa Mortuária.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

#### **02.04 – RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DE RENDAS DE ESPAÇOS MUNICIPAIS.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 23683**, datado de **2020.05.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.05.04, dando a conhecer, a este órgão deliberativo, a deliberação tomada relativa à matéria em epígrafe, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da informação, datada de 27 de março transato, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a remeter, na sequência de informação prestada pelo Setor de Património, listagem de rendas de espaços municipais, para análise e ponderação superior de eventual regime de suspensão, face ao surto pandémico do COVID-19, referindo que nem todas se reportam a situações similares,



dando como exemplo as operadoras de telecomunicações, as quais permanecem em atividade e previsivelmente sem quebra, por despacho, datado também de 27 de março de 2020, do **Senhor Presidente da Câmara**, foi solicitado ao seu Chefe de Gabinete, que elaborasse proposta de carência de pagamento de rendas de espaços municipais, dos meses de março, abril e maio, devendo ser consideradas as empresas comerciais privadas com sede no Município de Ourém. -----

Em cumprimento daquele despacho, o **Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência** prestou a sua informação registada sob o n.º 19.291-A/2020, que se passa a transcrever: “Na sequência das medidas de apoio às empresas no âmbito do COVID-19, aprovadas em reunião de Câmara de 30 de março e da informação n.º 39 do Setor do património, com o registo MGD 19219, apresento uma proposta de carência rendas de março, abril e maio referente à ”suspensão do pagamento de rendas de espaço concessionados, durante os meses de março, abril e maio, para empresas comerciais com sede no concelho de Ourém” -----

Da listagem apresentada os seguintes não têm sede em Ourém ou não são comerciais: -----

**Tabela 1 – Sede fora do concelho** -----

Local	Entidade	Valor mensal	Valor da dívida	Sede no Concelho
Loja F-G – Mercado Municipal	Urbilei – Sociedade de Mediação Imobiliária, Ld. <sup>a</sup>	100,00 €	---	Não
Ocup. Terreno – Reservatório de água - Alburitel	MEO – Serviços de Com. e Multimédia, S.A.	402,61 €	0,10 €	Não
Ocup. Terreno – Av. D. José Alves da Silva	MEO – Serviços de Com. e Multimédia, S.A.	434,11 €	---	Não
Quiosque Praça da República – Ourém	Deliciouspoint, Unip., Ld. <sup>a</sup>	156,32 €	---	Não
Terminal Rodoviário de Ourém	Rodoviária do Tejo, S.A.	261,44 €	---	Não
Antena - Reservatório de água - Alburitel	NOS Towering – Gest. de Torres de Telecom., S.A.	353,98 €	---	Não
Antena - Reservatório de água – Cascalheira do Grilo - Fátima	NOS Towering – Gest. De Torres de Telecom., S.A.	358,68 €	---	Não
Atena no Reservatório de água - Alburitel	Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A.	467,28 €		Não

Ed. “Paço do Conde” e armazém sito na Rua Melvin Jones	Tejo Ambiente – Emp. Intermunicipal Ambiente do Médio Tejo, EIM, S.A.	1 300,00 €	---	Sim
--	---	------------	-----	-----

E três são rendas de habitação própria: -----

----- **Tabela 2 – Rendas de habitação Própria** -----

Local	Entidade	Valor mensal	Valor da dívida	Sede no Concelho
Fração H – Rua Eng.º Adelino Amaro da Costa, n.º 16 1.º Esq.	Edmundo Correia Sequeira	101,15 €	---	Sim
Fração D - R/chão esq., n.º 48 “Ed. St.ª Iria” R. - Francisco Sá Carneiro	Rosária da Conceição Santos Oliveira	14,17 €	---	Sim
Fração B, 1.º esq. n.º 181 – Bairro 25 de Setembro	Isalinda dos Santos Pereira Henriques	0,60 €	---	Sim

Enquadram-se no conceito “comerciais com sede no concelho de Ourém” um total de 9 entidades, descritas na tabela 3. -----

----- **Tabela 3 – Com sede no concelho** -----

Local	Entidade	Valor mensal	Valor da dívida	Sede no Concelho
Cafetaria “Lanchonete” – Ourém	Maria Emília dos Reis Conde	75,05 €	---	Sim
Loja 1 e 2 – Antigo Mercado Municipal	José Inácio Vieira	134,78 €	---	Sim
Ed. Parque da Cidade António Teixeira, destinado a cafetaria e restauração	Silva Assis & Mendes, Ld. <sup>a</sup>	1 236,15 €	4.944,60€	Sim
Cafetaria “Tasquinha do Mercado” – Ourém	Sandra Cristina Henriques Soares Vieira	448,34 €	---	Sim
Loja E/D – Mercado Municipal	Albino de Bastos Antunes	192,90 €	385,80 €	Sim
Loja A – Mercado Municipal	Jorge Antunes Marques	54,35 €	54,35 €	Sim
Loja C/B – Mercado Municipal	Jorge Antunes Marques	192,90 €	192,90 €	Sim
Loja N/M – Mercado Municipal	Hernâni Henriques Gomes Pereira	107,00 €	642,00 €	Sim
Loja L/J – Mercado Municipal	Winner’s River, Unip. Ld. <sup>a</sup>	110,00 €	880,00 €	Sim

De acordo com o despacho do Sr. Presidente, propõe-se para estas que o período de carência seja até ao final do mês de maio, ou enquanto durar o impedimento da sua abertura. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.05 – RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TARIFA FIXA DE ÁGUA – MEDIDAS DE APOIO NO ÂMBITO DO COVID-19.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32793**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, dando a conhecer, a este órgão deliberativo, a deliberação tomada relativa à matéria em epígrafe, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o processo, registado sob o n.º 27.506/2020, da **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, a anexar as listagens dos municípios que solicitaram apoio no âmbito do assunto designado em epígrafe, para os meses de abril 7/ou maio, cujo montante da tarifa a devolver, se cifra em 4.305,50€. -----

O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo as informações que se passam a especificar: -----

- Datada de 26 de maio findo, a dar conta do dever de comunicação, à Inspeção-Geral de Finanças, das subvenções e benefícios públicos concedidos; -----

- Datada de 03 do corrente mês, a dar conta de que a despesa emergente de apoio em causa, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente apurados em observância à lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, ausentou-se da sessão o membro da Assembleia Municipal, senhor Filipe Remi Callebaut Mendes. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DAS ZONAS E PARQUES DE ESTACIONAMENTO TARIFADO.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 1161**, datado de **2020.01.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2019.12.16, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta citada em epígrafe, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar do projeto de alteração ao “Regulamento das Zonas e Parques de Estacionamento Tarifado”, o qual foi dado a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 02 de setembro de 2019, a Câmara deliberou submeter a proposta de regulamento indicada em epígrafe a consulta pública, pelo período de 30 dias, nos termos e para efeitos do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

Publicado na 2.ª Série – N.º 198, do **Diário da República**, no dia 15 de outubro transato, a referida proposta esteve a consulta pública até ao dia 27 de novembro findo. -----

Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo registado sob o n.º 36.050/2019, instruído com uma informação, datada de 02 de dezembro corrente, do **Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso**, a dar conta de que não foram apresentados quaisquer contributos e a propor, ao abrigo do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter o projeto de alteração do regulamento em apreço, à Assembleia Municipal para aprovação.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se os pedidos de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, pretendeu saber se está previsto um aumento do estacionamento na Avenida D. José Alves Correia da Silva, nomeadamente, na zona norte, conforme dito pelo senhor Presidente da Câmara Municipal aquando na conferência de líderes. -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, pretendeu saber quem são os agentes fiscalizadores no cumprimento do estacionamento tarifado e se alguns destes agentes são da Câmara Municipal. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL esclareceu o seguinte: -----

- Aumento do estacionamento. Referiu que o atual Regulamento já prevê o aumento das zonas tarifadas. -----

- Fiscalização do estacionamento tarifado. Referiu que, em Ourém, esta fiscalização é feita pela PSP – Polícia de Segurança Pública, através de gratificados pagos pelo Município. Em Fátima, este trabalho de fiscalização fica a cargo da GNR – Guarda Nacional Republicana que não trabalha com gratificado, o que dificulta um pouco o processo. -----

Mais disse, o Regulamento prevê que o Município possa ter técnicos credenciados para o efeito, contudo, trata-se de um processo muito burocrático, o que, atualmente não está previsto, continuando o processo de fiscalização do estacionamento tarifado a encargo da PSP, em Ourém e da GNR em Fátima. -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 32 VOTOS A FAVOR; 01 VOTO CONTRA DO GRUPO MUNICIPAL MOVE – 33 PRESENÇAS.** -----

----- De seguida, apresentaram a respetiva declaração de voto, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= HELENA SANTOS PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Este processo inicia-se na reunião de Câmara de 15/07/2019 com a

deliberação de obter pareceres de diversas entidades, nomeadamente: PSP, GNR, ACISO e Juntas de Freguesia de Fátima e N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Piedade. -----

Na reunião de 02/09/ de 2019 faz-se referência, apenas, os contributos da ACISO e GNR e não consta que a Junta de Freguesias de Fátima se tenha pronunciado, numa matéria tão relevante para os fatimenses, para o comércio e para os visitantes em geral. -----

Com esta proposta de alteração, mais parece que a Câmara Municipal de Ourém, seguindo o exemplo de outras, se está, nitidamente, a apropriar das ruas com evidente prejuízo para os comerciantes. É óbvio que, a manter-se a proposta camarária, os visitantes deixam de acorrer ao centro da cidade (se há dúvidas, ouçam-se os habitantes e comerciantes) e, desta forma, prejudica-se o comércio que, nesta fase COVID 19, - tal como em Ourém e no país – também se sentiu e continuará a sentir minguado. -----

No Artigo 12<sup>o</sup> que versa os horários de duração de estacionamento limitado tarifado, Fátima, no mínimo, deveria ter estacionamento livre ao sábado. -----

Em face do atrás transcrito e, porque não nos foram dados a conhecer os contributos da GNR e da ACISO, (já que a Junta de Freguesia de Fátima se alheou desta matéria), **o MOVE – Movimento Independente vota contra.**” -----

= ALBERTO JOSÉ PIRES CAVEIRO, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Em relação ao ponto da ordem de trabalhos Apreciação e votação da proposta camarária – alteração ao Regulamento das Zonas e Parques de Estacionamento Tarifado, onde é proposto o aumento das zonas a tarifar, vem o grupo parlamentar do Partido Socialista chamar a atenção para a dificuldade dos tempos que atualmente vivemos e questionamos se será prudente o aumento das zonas tarifadas. Quanto ao regulamento não temos nada a opor, no entanto é opinião do grupo parlamentar do Partido Socialista que as referidas zonas, nesta fase em que vivemos, não sofram nenhum aumento, ou ainda melhor, que vejam a tarifa suspensa. -----

Como sabem o pressuposto para a tarifação do estacionamento urbano de superfície é a ocupação sistemática da quase totalidade dos lugares disponíveis, o que neste momento não é o caso pois existe uma enorme falta de visitantes em Fátima, e uma baixa significativa do comercio em Ourem. -----

Assim propomos que o executivo delibere logo que possível na suspensão temporária das tarifas de estacionamento em Fátima, alargadas ao resto do concelho.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO DE FÁTIMA – PROPOSTA DE PROTOCOLO.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 19760**, datado de **2020.04.02**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.03.16, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para apoiar financeiramente a Freguesia de Fátima, até ao montante de 228.162,43 euros, os encargos decorrentes das obras de requalificação do edifício supra mencionado, mediante a celebração de protocolo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Mais solicita, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), autorização para repartir os encargos decorrentes do referido procedimento, do seguinte modo: -----

----- Ano 2020 – 57.040,61 euros -----

----- Ano 2021 – 171.121,82 euros -----

----- Foi ainda remetido um exemplar do “Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Freguesia de Fátima – Requalificação do Edifício do Mercado de Fátima”, o qual foi dado a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a informação registada sob o n.º 2330-A/2020, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a anexar proposta de texto de protocolo a celebrar com a **Freguesia de Fátima**, com sede na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, daquela freguesia, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 228.162,43€, os encargos decorrentes das obras de requalificação do edifício do Mercado de Fátima, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa àquele apoio.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se os pedidos de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **VITOR OLIVEIRA SANTOS**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, questionou se a comparticipação nacional do Turismo de Portugal destina-se exclusivamente à requalificação do espaço em análise. -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Em resposta ao questionado, a participação do Turismo, uma parte é para a requalificação em si do mercado, mas, há uma parte para a divulgação do mercado e para o apoio aos comerciantes locais e dinamização do espaço, bem como da respetiva envolvente.” -----

Apresentou, de seguida, a presente declaração: “Foi com alguma perplexidade que temos vindo a acompanhar a postura do PS sobre a obra e a candidatura para a reabilitação do Mercado de Fátima. -----

Na reunião de Câmara, para discutir e aprovar este protocolo, os vereadores ausentaram-se da sala e escusaram-se a votar a proposta. Independentemente das várias razões descritas na declaração de escusa de voto, a ser verdade até percebemos alguma das razões evocadas. ---

O que não podemos aceitar é, e passo a citar: “Os vereadores do PS consideram que, além deste não ser um momento oportuno para o executivo tomar decisões que implicam gastos desta ordem (...)”, e no ponto seguinte da mesma reunião aprovaram um conjunto de investimentos para outra freguesia deste concelho, com valores superiores ao protocolo em análise. -----

Ficamos com a dúvida: não querem o apoio aos pequenos produtores? Não entendem ser necessário dinamizar o comércio local? Não entendem ser cada vez mais necessário criar condições atrativas para os nossos munícipes se sentirem confortáveis e frequentarem estes equipamentos? Vamos baixar os braços e desistir do que é nosso? Do que é de todos? Vamos dar oportunidade à ida às grandes superfícies comerciais? -----

Estamos a falar de uma requalificação. Estamos a falar de higiene alimentar. Estamos a falar de apoio, condições e até de conforto aos clientes fatimenses do mercado de sábado e aos milhares de peregrinos que nas peregrinações anuais se deslocam ao mercado para



realizar compras dos nossos produtos locais. Estamos a falar de melhores condições para os comerciantes e estamos a falar de reaproveitar esse mesmo espaço para ter condições de utilização para outros fins e dar vida aquela zona da cidade. -----

O espaço do Mercado de Fátima é um espaço nobre no centro da cidade, e como deviam saber, está degradado e sem condições de modernidade. -----

Somos capazes de ir até Lisboa porque é muito giro tirar selfies no Mercado da Time Out ou no Mercado de Campo de Ourique, e não somos capazes de apoiar uma iniciativa destas cá na terra? Da nossa parte sim! Merecemos e temos todas as condições para fazer apoio ao mesmo tipo de utilização na nossa cidade. Não somos menos que os outros. Também merecemos. ----

Queremos aproveitar os fundos comunitários disponíveis para o efeito e com isto não oneramos as contas públicas. -----

Pretendemos que espaço fique digno, moderno e atrativo para os jovens, para os comerciantes e clientes, para as coletividades e para a realização de eventos e espetáculos públicos. É de inteira justiça que a Junta reclame o apoio de todos a uma obra que é de todos. -----

É nestas alturas que se vê quem está do lado do povo. -----

Da nossa parte, somos pela melhoria de quem cá vive e é esse espírito que tem permitido que muitos procurem a nossa freguesia. -----

Tenho dito!" -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de esclarecer a questão quando o senhor Presidente de Junta de Fátima disse sobre os Vereadores do PS, quando tinham dúvidas sobre se era uma boa altura para fazer este investimento. -----

Temos que nos localizar no tempo. Estamos a falar de março de 2020, ou seja, março de 2020 foi há três meses, mas foi durante o auge da Covid-19. Acho que devemos ter a perfeita noção que as coisas, dada a Covid-19, mudam em três dias e, três meses é uma imensidão de tempo. Deslocalizar a declaração para aquela altura, penso que devemos ter algum cuidado com isso.”

----- Tomando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Se me permitem, voltaria a ler *«Na reunião de Câmara, para discutir e*

*aprovar este protocolo, os vereadores ausentarem-se da sala e escusaram-se a votar a proposta. Independentemente das várias razões descritas na declaração de escusa de voto, a ser verdade até percebemos alguma das razões evocadas. -----*

*O que não podemos aceitar é, e passo a citar: “Os vereadores do PS consideram que, além deste não ser um momento oportuno para o executivo tomar decisões que implicam gastos desta ordem (...)”, e no ponto seguinte da mesma reunião aprovaram um conjunto de investimentos para outra freguesia deste concelho, com valores superiores ao protocolo em análise. -----*

*Sublinho que também foi em março, na mesma reunião e é isso que a Junta de Freguesia não pode aceitar.” -----*

**----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR; 08 ABSTENÇÕES DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA – 33 PRESENCAS. -----**

*----- De seguida, apresentaram a respetiva declaração de voto, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----*

*= VITOR OLIVEIRA SANTOS, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “O protocolo para a Requalificação do edifício do Mercado de Fátima implica uma proposta para um investimento global de 625.946,32 euros, verba proveniente do Turismo de Portugal (300.000 euros), do Município (228.162,43) e da Junta de Freguesia de Fátima (97.783,89 euros). -----*

*Em consonância com a opinião dos vereadores o grupo municipal considera importante a requalificação do Mercado de Fátima, mas também como afirmaram os vereadores, o grupo municipal não vota favoravelmente o protocolo sem conhecer como vão ser despendidas as verbas. -----*

*A participação do Turismo de Portugal destina-se à requalificação ou se destinam a fins de divulgação turística? Quanto se destina a divulgação? Que tipo de divulgação? Quanto se destina à efetiva requalificação do mercado? Que propostas de requalificação fazem parte do*

projeto de candidatura apresentado pela Junta de Freguesia? Ficam estas dúvidas relativamente a este protocolo. -----

Apesar de considerarmos significativo o investimento e a importância de requalificar o Mercado de Fátima, é no mínimo estranho que não se conheça verdadeiramente o projeto que envolve esta requalificação. -----

Fica a pergunta porque se desconhece o projeto de candidatura e o que contém relativamente à requalificação do mercado? Dado que estas questões não são claramente esclarecidas por isto absteremo-nos nesta votação.” -----

= HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Agradeço esta aprovação mas, fico triste, fico deprimido pela postura e atitude do PS local que dizem o contrário das palavras e orientações governamentais, depois de uma altura em que o investimento público, e são palavras do Primeiro Ministro, a nível nacional é a chave para alavancar a economia, a nível local, os eleitos do PS não apoiam. Só podemos entender isto por pura birra política” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE SANTARÉM – CALENDÁRIO PARA A ÉPOCA DESPORTIVA 2019/2020. ---**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 20520**, datado de **2020.04.11**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.03.16, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para isentar a Associação de Atletismo de Santarém, sediada na Avenida D. João I, no Estádio Municipal, em Almeirim, do pagamento das taxas devidas pela utilização do Estádio Papa Francisco, considerando que aquela associação tem colaborado com o município em diversas iniciativas. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa à proposta, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 57.162/2019, da **Associação de Atletismo de Santarém**, com sede na Avenida D. João I,

no Estádio Municipal, em Almeirim, a remeter o seu calendário desportivo para a época 2019/2020, com as competições previstas para o Estádio Papa Francisco e a solicitar, caso se verifique algum impedimento, que o mesmo lhe seja comunicado com a brevidade possível. ---

Do processo fazem parte as informações que a seguir se especificam, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**: -----

- Datada de 05 de fevereiro findo, a confirmar a disponibilidade do Estádio Papa Francisco e a viabilidade em receber todos os eventos que a associação em causa propõe realizar, no período de fevereiro a junho do corrente ano; -----

- Datada de 26 também de fevereiro findo, a dar conta de que as provas a realizar nos dias 25 e 26 de abril, 16 e 17 de maio e 20 e 21 de junho próximos, foram já devidamente autorizadas por esta Câmara Municipal. -----

O **Senhor Presidente** exarou no processo o seguinte despacho, datado de 27 daquele mesmo mês: “A Reunião para ratificação da cedência do dia 22 de Fevereiro e autorização da cedência gratuita dos restantes dias para que é solicitada a utilização” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32814**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para contratação do empréstimo acima citado, nos termos da alínea f), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 04 de maio findo, face à informação registada sob o n.º 22.485/2020, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a Câmara deliberou contrair o empréstimo designado em epígrafe, no montante de **3.000.000,00€**, pelo período de 15 anos, com consulta às instituições de crédito com estabelecimento no Concelho. -----

Efetuada as consultas como legalmente se impõe, verificou-se que apresentaram propostas as seguintes instituições financeiras: -----

- **Caixa de Crédito de Leiria;** -----
- **Banco BPI, S.A.;** -----
- **Caixa Geral de Depósitos, S.A.;** -----
- **Banco Comercial Português, S.A..** -----

Abertas as propostas foram as mesmas remetidas, de imediato, ao **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** para análise, da qual resultou a informação n.º 43/2020, que se passa a transcrever: “Neste contexto, analisaram-se as 4 propostas rececionadas, no âmbito da contratualização de um empréstimo de longo prazo, no montante de 3.000.000,00 euros, pelo período de 15 anos. -----

----- Quadro – Análise das propostas recebidas -----

	CCAML	BPI	CGD	Millennium BCP
Montante proposto	3 000 000,00 €	3 000 000,00 €	3 000 000,00 €	3 000 000,00 €
Periodo	15 anos	15 anos	15 anos	15 anos
Prazo de utilização	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Período de carência	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Amortizações	Trimestrais sucessivas e postecipadas constantes de capital	Trimestrais sucessivas e postecipadas constantes de capital	Trimestrais sucessivas e postecipadas constantes de capital	Trimestrais sucessivas e postecipadas constantes de capital
Euribor	Euribor a 3 meses	Euribor a 12 meses	Euribor a 6 meses	Euribor a 12 meses
Spread	0,885	0,850	0,940	1,750

Comissões	Abertura:300€ (Estes encargos representam <b>0,01% do capital contratado</b> )	Comissão de abertura: 2.000€; Comissão de Estudo e montagem: 3.000€ e Comissão de gestão mensal: 20€ (Estes encargos representam <b>0,29% do capital contratado</b> )	Isento: Comissão apenas em caso de incumprimento no pagamento, sendo devida pela recuperação de valores em dívida	Comissão de gestão anual (0,125%); Comissão de organização (0,125%); Comissão de processamento (2,50€ por cada prestação) (Estes encargos representam <b>0,255% do capital contratado</b> )
Floor	Com floor zero	Com floor zero	Com floor zero	Com floor zero
Amortizações antecipadas	Sem penalização	Sem penalização	Sem penalização	Sem penalização
Spread acrescido das comissões, tendo por efeito o valor apurado, face ao montante contratado	0,895	1,140	0,940	2,005
Taxa Euribor aplicável (à data de 29/05/2020)	-0,307	-0,085	-0,158	-0,085
Juro aplicável (Euribor acrescido do spread) (a))	0,578	0,873	0,782	1,665
Classificação final	1º	3º	2º	4º

a) Teve-se em consideração o efeito da Euribor, embora atualmente negativa, perspetivando que as euribor ao longo do contrato (15 anos), possa apresentar valores positivos, tal com o histórico anterior às reduções da taxa de referência pelo BCE -----

Na análise efetuada, teve-se em consideração que, ao longo do contrato, a Euribor associada indicada pelas instituições financeiras, irá tendencialmente evoluir para valores positivos, em detrimento dos valores negativos que atualmente se verificam, em resultado da taxa de referência determinada pelo BCE. -----

Não obstante esta consideração, e se efetuada a avaliação, excluindo o impacto induzido pelas euribor aplicáveis em cada proposta, em virtude de se apresentarem negativas e de estar indicado a aplicação de floor zero, mas apenas do spread apresentado acrescido dos encargos complementares, tais como comissões, a proposta mais vantajosa para o município, não sofre alteração. -----

Deste modo, conclui-se que a proposta mais vantajosa é a apresentada pela Caixa de Crédito de Leiria, pelo que se propõe a adjudicação do presente empréstimo à mencionada instituição

financeira, estando este ato sujeito à autorização da assembleia municipal e a visto prévio do Tribunal de Contas. -----

À consideração superior,”. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

#### **02.10 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL – 2020.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32777**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta e epígrafe, nos termos da alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 31.017/2020, da **Secção de Recursos Humanos**, a colocar à consideração superior a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal – 2020. -----

Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, exarou no processo a seguinte informação, datada de 08 do corrente mês: “A alteração ao quadro de pessoal proposta em anexo, contextualiza um aumento de despesa resultante de postos de trabalho a criar, que em 2020, ascende a 37.925,73 euros. Ao invés, os postos de trabalho a extinguir, induzem uma quebra nas despesas previstas em 147.572,16 euros, circunstância que pressupõe uma diminuição das despesas previstas com pessoal em 109.646,43 euros. Consequentemente, e considerando a natureza económica da despesa resultante dos postos

de trabalho a criar e a inerente aos postos a extinguir, conclui-se pela existência de adequado enquadramento orçamental nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente apurados em observância à LCPA, no que concerne à alteração n.º 1 ao mapa de pessoal n.º 1 em análise. -----

À Consideração Superior”. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

**----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS. -----**

----- De seguida, registou-se a seguinte declaração de voto: -----

= JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Sendo uma responsabilidade de quem está na gestão, para nós, mais importante do que esgrimir se vamos poupar cento e poucos milhares de euros, é tornar o serviço mais eficiente e uma melhor prestação aos municípios. É para isso que cá estamos.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

#### **02.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REGULAMENTO MUNICIPAL DE USO DE FOGO E DE LIMPEZA DE TERRENOS. -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32817**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta e epígrafe, nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----

----- Foi ainda remetido um exemplar do “Regulamento Municipal de uso de Fogo e Limpeza de terrenos”, o qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. ---

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 02 de março de 2020, a Câmara deliberou submeter o projeto de regulamento indicado em epígrafe a consulta pública,



por um período de 30 dias, nos termos e para efeitos do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

Publicado na 2.ª Série – N.º 67, do **Diário da República**, no dia 03 de abril de 2020, o referido projeto de regulamento esteve a consulta pública até ao dia 19 de maio findo. -----

Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, registado sob o n.º 40.624/2019, acompanhado com uma informação, datada de 27 de maio findo, do **Gabinete Técnico Florestal**, a dar conta de que não foram apresentadas, durante aquele período, quaisquer sugestões e a anexar a versão final do citado regulamento.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se os pedidos de intervenção dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo nós uma comissão municipal no seio desta Assembleia Municipal que se chama Comissão de Planeamento Urbanístico, Ambiente, Ordenamento do Território e Florestas, se não teria feito sentido este regulamento ter vindo a esta Comissão para parecer, como aconteceu com o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Penso que as coisas vão para essa Comissão de forma discricionária, sem qualquer tipo de critério. Por exemplo, as declarações de interesse público das pedreiras, essas vão todas a parecer da Comissão. Estes que são elementos estruturantes e documentos fundamentais, deve haver algum esquecimento e, volto a chamar a atenção, como fiz aquando do PDM, ou vai tudo ou não vai nada.” -----

= **FILIFE DE FRIAS ANTUNES DA GRAÇA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “A bancada do Partido Social Democrata regista com satisfação a proposta do executivo para o Regulamento Municipal do Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos. Antes desta aprovação a competência municipal para exigir o cumprimento da limpeza dos terrenos estava restringido às faixas de gestão de combustível aprovados pelo PMDFCI (Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios), situação que apesar de importante não abrange parte do problema. -----

Com este Regulamento, a falta de limpeza dos terrenos fora das faixas de combustão identificadas pelo PMDFCI passam a estar mitigadas, havendo o reforço das competências do

Município para notificar os Sr.ºs Proprietários em incumprimento e, em último recurso, fazer-se substituir aos Sr.ºs Proprietários nessa limpeza, tendo depois a legitimidade para remeter os devidos encargos/custos aos respetivos donos. -----

Este é mais um passo concretizado no âmbito das medidas preventivas de combate ao flagelo dos incêndios florestais, facto a que é muito vulnerável o concelho de Ourém, pela sua dimensão florestal. Registamos o empenho e a preocupação por parte do executivo municipal em funções em reforçar os instrumentos e recursos no âmbito da proteção civil.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu que, se existe uma Comissão na Assembleia Municipal, a mesma deve ser ouvida, contudo, conforme disse, houve um período de consulta pública onde qualquer cidadão revê a oportunidade de pronunciar-se neste âmbito. Mais disse, irá fazer chegar esta sugestão aos serviços municipais.

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Aquando da discussão sobre esta problemática dos incêndios florestais, foi abordado o senhor Ministro do Ambiente que, hoje, tem a tutela das Florestas, sobre a questão de muitos dos municípios deste país não terem cadastro. Segundo as palavras do senhor Ministro, há uma vontade muito grande do atual Governo para que se ultrapasse esta situação. Não sei se o senhor Presidente tem feito algumas diligências nesse sentido. Perante esta vontade do Governo, há que aproveitá-la para que, de forma definitiva, possamos fazer o cadastro de Ourém que faz bastante falta.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “A Ministra da Coesão anunciou esta semana a abertura de um aviso, na próxima quarta ou quinta feira, de sessenta milhões de euros, a 100%, que vai ser entregue aos municípios para candidatura, para terminarmos em Portugal o cadastro. Foi anunciado o número de municípios que não têm cadastro e, esse valor de sessenta milhões de euros, de acordo com as contas que o Governo fez, são todos pagos a 100% por fundos comunitários. Esta foi uma última alteração ao regulamento, negociada pelo Governo, no âmbito da COVID-19 com a União Europeia. -----

Parece que, finalmente, vêm aí a luz ao fundo do túnel e, em Lisboa, alguém olha para estas questões com realismo e conhecimento de causa. Muitas das questões que andamos a levantar, há muitos anos, têm a ver com a falta de cadastro e com essa exorbitância com que

algumas empresas acham que podem expurgar os municípios de valores para fazerem determinados tipos de trabalhos. -----

Espero que o senhor Presidente da Câmara e os serviços possam acompanhar esta situação e possam apresentar uma candidatura rapidamente e terminarmos o cadastro do concelho de Ourém, publicá-lo e mantê-lo público para podermos aceder e assim, não ter só o SIG, mas termos outros instrumentos que permitam aos serviços municipais fazer um melhor trabalho.” –

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Registamos com agrado as notícias que nos são transmitidas e vamos aguardar, com expectativa, o cumprimento deste desígnio muito importante para o conselho de Ourém. –

O senhor Presidente de Câmara guardou o registo e fará as diligências que considera necessárias para a concretização daquilo que todos anseiam que se concretize.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE URQUEIRA – PROPOSTA DE PROTOCOLO.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 29283**, datado de **2020.06.01**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.05.18, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para apoiar financeiramente a Freguesia de Urqueira, até ao montante de 11.914,70 euros, os encargos decorrentes da instalação de uma rede primária de faixas de gestão de combustível, no âmbito da prevenção da floresta contra incêndios, mediante a celebração de protocolo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar do “Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Freguesia de Urqueira – Instalação de Rede Primária de Faixas de Gestão de

Combustível em Urqueira”, o qual foi dado a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, através da sua informação registada sob o n.º 11.477-A/2020, colocou à consideração superior proposta de texto de protocolo a celebrar com a **Freguesia de Urqueira**, com sede no Largo do Rossio, n.º 1, em Urqueira, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 11.914,70€, os encargos decorrentes da instalação de uma rede primária de faixas de gestão de combustível, no âmbito da prevenção da floresta contra incêndios, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira, expôs o seguinte: “Gostaria de agradecer este apoio na medida que se vai juntar a outras duas medidas que vamos concretizar em Urqueira, nomeadamente, a “Equipe de Sapadores” e o programa “Aldeias Seguras”, para proteção das próprias pessoas e da própria floresta” -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### **02.13 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE FÁTIMA – PROPOSTA DE PROTOCOLO.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32785**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para apoiar financeiramente a Freguesia de

Fátima, até ao montante de 200.000,00 euros, os encargos decorrentes da aquisição de terrenos necessários à ampliação do cemitério de Fátima, mediante a celebração de protocolo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, através da sua informação registada sob o n.º 26.763/2020, colocou à consideração superior proposta de texto de protocolo a celebrar com a **Freguesia de Fátima**, com sede na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, em Fátima, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 200.000,00€, os encargos decorrentes da aquisição de terrenos necessários à ampliação do Cemitério de Fátima.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “Gostaria de fazer duas questões. ----- Quería congratular-me pelo alargamento do cemitério, acho que é determinante e fundamental termos condições nesta matéria e não temos nenhuma objeção ao protocolo nem ao financiamento. -----

A minha questão é de outra natureza. Li o protocolo e este financia a aquisição do terreno por parte da Junta de Freguesia. A nossa questão é relativa ao crematório. Houve-se dizer, em Fátima, que vem um crematório para aquele terreno e que há um contrato de concessão que está subjacente a esta compra. Eu gostava de saber se o senhor Presidente de Câmara tem conhecimento disso e se vai ser lançado concurso público, como é obrigatório nos termos do Código dos Contratos Públicos, ou não, para a concessão desse crematório. -----

Penso que o crematório, a existir, é bem vindo para o nosso concelho, porque precisamos. Como o protocolo não diz nada sobre isto e várias pessoas perguntaram sobre o assunto, gostaria de perguntar se isso corresponde à intenção da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia. Gostaria de saber qual o ponto da situação.” -----

----- De seguida, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu a palavra ao senhor Presidente de Junta de Freguesia de Fátima para se pronunciar sobre a questão: -----  
= HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Relativamente a este protocolo é sobre a aquisição do terreno. Posso adiantar que já fizemos parte do pagamento a um proprietário, junto do qual, há sete ou 8 anos, andávamos a tentar adquirir o terreno. Houve a possibilidade de proceder à expropriação, o que veio a ser retirado nesta Assembleia Municipal. São cerca de sete mil metros quadrados. -----

A questão do crematório ainda não está posta em causa, até porque, por estes dias, será inaugurado um crematório no Entroncamento, estando a ser construído outro em Almeirim e muito recentemente o de Leiria. Esta questão não está em cima da mesa. -----

Neste momento, o que temos é a questão do cemitério e temos de pensar nos milhares de euros para esta obra que, pelos primeiros números, ascende a mais de meio milhão de euros para a construção do cemitério em si, com as novas regras e condições exigidas. Neste momento, esta ajuda é bem vinda.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu que a questão em debate, tanto o terreno como o projeto, são da responsabilidade da Junta de Freguesia. -----

Sobre o crematório informou de que a Câmara Municipal foi contactada para instalação de um crematório em Fátima, há algum tempo, tendo o processo sido encaminhado para a Junta de Freguesia de Fátima, dado que é esta que gere a questão. -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- De seguida, registaram-se as declarações de voto dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= HELENA SANTOS PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “**O MOVE - Movimento Independente vai vota, favoravelmente este assunto, mediante a seguinte declaração de voto:** -----

1 - No ofício da Junta de Freguesia de Fátima escreve-se: “Dentro dessa zona marcada (do cemitério) existe o prédio Cerradas da Igreja e uma parcela sobrante. **Embora a necessidade das avaliações tenha sido ultrapassada pelas negociações**, pois, já há um acordo de princípio para a compra destes terrenos, por 400 mil euros, anexamos duas avaliações”. -----

**De salientar que, no PDM recentemente aprovado, esta zona já contempla o alargamento do cemitério** em vigor, como tal, as negociações, operadas pela Junta de Freguesia que fixaram a verba acima, deveriam ter acautelado esta situação, através da legislação das expropriações que, - bem conduzida, - não seria tão morosa quanto, - às vezes -, se faz crer e, assim, aligeirava-se o erário público; -----

2 - São anexadas duas avaliações referentes apenas a um dos dois terrenos e, ambas, da iniciativa privada, isto é, do seu proponente e nada consta... nada se sabe sobre a metragem e valor exigido, em relação à segunda parcela; -----

3 - A evidência da sobrelotação do cemitério de Fátima e a sua conseqüente ampliação não é de agora, pelo que na nossa opinião, sem por em causa as avaliações, **defendemos que a Junta de Freguesia Fátima**, mais do que basear-se, apenas, no pedido do vendedor, **deveria** ter aplicado a lei das expropriações ou, não a tendo acionado, seria vantajoso ter apresentado outras avaliações.” -----

= HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “A ampliação do cemitério de Fátima é uma necessidade premente. Não é um assunto que se possa dizer que fica “em suspenso” pela pandemia e que depois “logo se vê”. -----

Até porque esta necessidade tem vindo a ser agudizada ao longo dos últimos anos, protelada e chegamos agora ao seu limite. -----

A junta de freguesia de Fátima fez tudo o que estava o seu alcance para esta concretização, como compete a um órgão responsável. -----

A participação da Câmara Municipal de Ourém em 50% para aquisição do terreno necessário, é uma peça chave para que o processo possa continuar a breve trecho. São cerca de 7000 m<sup>2</sup> que serão adquiridos para alargamento do cemitério atual e que está a atingir a sua capacidade de lotação. -----

Entende o Executivo em funções ser merecedor, e tal como já aconteceu em outras Juntas de Freguesia deste concelho, da comparticipação do Município neste processo de ampliação e requalificação deste tipo de infraestrutura. -----

O esforço de investimento que tanto a Câmara Municipal como a Junta de Freguesia Fátima estão a fazer é muito grande, face ao seu orçamento anual. Mas fazemo-lo porque é para o bem comum. -----

Todos sabemos que a competência sobre os cemitérios em Fátima é exclusiva da Junta de Freguesia. No entanto, o património a adquirir será integrado no património público. -----

Tudo o que for para Fátima também é de Ourém! -----

Não podemos ainda esquecer os milhares de euros necessários à realização da obra à construção do cemitério. Portanto seja quem for que pague as obras ou o que quer que se faça, se há campas ou jardins, é público, é de Fátima. -----

Assim, deixo publicamente um agradecimento pelo apoio prestado e aprovado unanimemente em reunião de Câmara por todo Executivo Municipal, bem como por esta digníssima Assembleia.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

#### **02.14 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE SEIÇA – PROPOSTA DE PROTOCOLO.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32790**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.01, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para apoiar financeiramente a Freguesia de Seiça, até ao montante de 3.013,50 euros, os encargos decorrentes da instalação de sistema



de climatização na Extensão de Saúde de Seiça, mediante a celebração de protocolo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ---

----- Foi ainda remetido um exemplar do “Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Freguesia de Seiça – Climatização da Extensão de Saúde de Seiça”, o qual foi dado a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 24.862-A/2020, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a anexar proposta de texto de protocolo a celebrar com a **Freguesia de Seiça**, sediada na Estrada Nacional 113-1, n.º 57, em Seiça, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 3.013,50€, os encargos decorrentes da instalação de sistema de climatização na Extensão de Saúde de Seiça, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa àquele apoio.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, sublinhou a importância deste protocolo dada a falta de condições do posto médico. Entende este protocolo de elementar justiça, lamentando o facto de ser tardio. -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE COMODATO COM A FREGUESIA DE SEIÇA.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32783**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo

I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorização para renovação do Contrato de Comodato celebrado com a Freguesia de Seiça, em 14 de outubro de 2011, referente à cedência de terreno, sito na Urbanização Pinhal Manso, em Coroados – Seiça, destinado a parque de lazer.

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito do assunto supra referido, foi apresentada carta registada sob 64.084/2019, da **Freguesia de Seiça**, sediada na Estrada Nacional 113-1, n.º 57, em Seiça, deste Concelho, a solicitar a renovação, por um período de 20 anos, do contrato de Comodato, celebrado a 14 de outubro de 2011, relativo à cedência de terreno destinado a parque de lazer, sito na Urbanização Pinhal Manso, em Coroados, daquela freguesia, considerando que pretende valorizar aquele espaço, mediante eventual apresentação de candidatura a fundos comunitários, dando conta de que não possui verba suficiente para o efeito. -----

O **Setor de Património**, ouvido sobre a pretensão, prestou a informação, datada de 21 de janeiro último, que se passa a transcrever: “Cumpram-me primeiramente informar que em 14.10.2011 foi outorgado um contrato de Comodato, onde o Município de Ourém cede gratuitamente à Freguesia de Seiça um terreno com a área de 14.674,00 m<sup>2</sup>, proveniente do alvará de loteamento n.º 5/97, sito na Urbanização do Pinheiro Manso – Coroados – Seiça, para a instalação de um Parque de Lazer destinado ao uso público de atividades de lazer e recreio, pelo período de 10 anos, prorrogado por igual período, se aceite pelo Município, com antecedência mínima de 60 dias, e com a indicação expressa do período de prorrogação pretendido. -----

Como condição da cedência, a Freguesia de Seiça é a responsável pela limpeza do terreno cedido, obrigando-se a mantê-lo em boas condições, sem qualquer encargo do Município para obras de “beneficiação do espaço. -----

Dada pretensão da Freguesia de Seiça, em apresentar a curto prazo uma candidatura a financiamento comunitário para fazer face às despesas de beneficiação do referido Parque de Lazer, solicita a revisão do contrato de Comodato de forma a constar que a cedência seja efetuada por um período de 20 anos. O solicitado não está previsto no clausurado do contrato.

Face ao exposto, remeto à consideração superior, a prorrogação do contrato de Comodato por 10 anos, contados a partir de 14.10.2021 ou a denúncia do atual contrato atual, ou a celebração de um novo contrato de Comodato por um período de 20 anos conforme solicitado. Salvo melhor opinião, a prorrogação do contrato de Comodato por período de 10 anos será o suficiente. -----

Em anexo, Contrato de Comodato e Planta de Localização.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção por parte do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Este protocolo de renovação visa, essencialmente, a curto prazo, se houver candidaturas, para nos candidatarmos a fundos comunitários para recuperar aquela área enquanto espaço de acolhimento e de passagem de peregrinos. -----

Em simultâneo também é um espaço de lazer e de apoio à Freguesia. -----

Obrigado” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.16 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL VASCO DA GAMA – PROPOSTA DE PROTOCOLO.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32742**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para apoiar financeiramente, até ao montante de 104.739,08 euros, a Associação

Desportiva, Recreativa e Cultural Vasco da Gama, mediante a celebração de protocolo e pelos anos económicos de 2020 a 2025, do seguinte modo: -----

----- Ano 2020 – 5.000,00 euros -----

----- Ano 2021 – 10.000,00 euros -----

----- Ano 2022 – 25.639,72 euros -----

----- Ano 2023 – 25.639,72 euros -----

----- Ano 2024 – 25.639,72 euros -----

----- Ano 2025 – 18.818,88 euros -----

----- Foi ainda remetido um exemplar do “Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Vasco da Gama – “Remodelação e Ampliação dos Balneários”, o qual foi dado a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, através da sua informação registada sob o n.º 21.132-A/2020, remeteu para apreciação e aprovação, proposta de texto de protocolo a celebrar com a associação mencionada em epígrafe, sediada no Largo Vasco da Gama, em Maxieira, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 104.739,08€, as despesas decorrentes da remodelação e ampliação dos balneários das suas instalações desportivas, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa àquele apoio. -----

Termina a referir que a despesa emergente incide nos anos económicos de: 2020 (5.000,00€), 2021 (10.000,00€), 2022 (25.639,72€), 2023 (25.639,72€), 2024 (25.639,76€) e 2025 (12.819,88€).” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.17 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P057/2020 – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE OURÉM (CANIL/GATIL).** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32733**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assumir os compromissos plurianuais decorrentes do procedimento citado em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento do projeto, elaborado pela **Divisão de Projetos Técnicos**, para efeitos do designado em epígrafe, composto pelo mapa de trabalhos, peças desenhadas, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, Plano de Segurança e Saúde e estimativa orçamental, no montante de 455.616,31€ e pelo prazo de execução de 300 dias, foram apresentados o Anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, a que corresponde o processo registado sob n.º 30.177/2020, acompanhados com uma informação, datada de 04 do corrente mês, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, referindo que, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, a fixação do preço base se baseou em valores médios de mercado.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção por parte do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Minhas Senhoras e meus senhores, -----

“O projeto do Canil é para ser concretizado de imediato. Isto é, daqui três, quatro meses a obra arranca.” -----

Acabei de citar o anterior Presidente da Câmara Municipal numa peça do Jornal Notícias de Ourém de 23 de janeiro de 2015. (Mostrar a capa do jornal!) -----

A bancada do PSD aproveita este momento para agradecer aos Oureenses toda paciência e tempo de espera a propósito da construção do Centro de Recolha Oficial de Ourém (Canil/Gatil), que fruto da inconsciência e da gratuita campanha de propaganda do PS, anunciaram em Janeiro de 2015, sem qualquer pudor, nos meios de comunicação social que esta infraestrutura era obra imediata e era para começar daqui a três meses. -----

Aos Oureenses, podemos finalmente dizer: agora sim, estão reunidas todas as condições para se iniciar o processo de concurso da empreitada do canil/ gatil para o concelho de Ourém.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- De seguida, apresentaram as respetivas declarações de voto, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= SUSANA MARGARIDA VIEIRA MAJOR OLIVEIRA, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “O Sr. Presidente da Câmara Municipal no passado dia 16 de junho congratulou-se pela aprovação do projeto afirmando: “Temos hoje finalmente condições para lançar a obra do Canil/Gatil. Estamos obviamente satisfeitos porque finalmente foi concretizado um dos nossos objetivos.” Mas na verdade este projeto que disfarçadamente parece um Canil/Gatil é na verdade um centro de detenção temporária. -----

O Centro de Recolha Oficial de Ourém como é chamado, permitirá o acolhimento de animais errantes, num período compreendido entre 15 e 21 dias, no fim do qual será feito o transporte dos mesmos para o Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes de Proença-a-Nova. Faz sentido haver um projeto desta natureza para animais que apenas ficarão aqui detidos e à espera de seguir viagem para Proença. -----

Neste tempo que ficam detidos é possível fazer algum tipo de proposta adoção destes animais? É neste tempo de 21 dias que se consegue fazer alguma tentativa de sensibilização

para a necessidade de encontrar um novo lar para os animais que ficarão à guarda do Município. Aqui ao lado no Município da Batalha o regulamento prevê: -----

- “Os animais acolhidos pela Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia da Batalha que não sejam reclamados pelos seus detentores no prazo de 15 dias, a contar da data da sua recolha, presumem-se abandonados e são obrigatoriamente esterilizados e encaminhados para adoção...” Ora nosso caso ou já estão a caminho de Proença ou para lá caminham. -----

Um projeto desta natureza com um valor de 455 mil euros + IVA, terá capacidade para acolher entre 14 a 21 cães e 15 a 48 gatos, consoante o tamanho dos animais. Faz sentido fazer uma obra desta natureza para um centro temporário? Um Canil/Gatil é de facto uma antiga e justa ambição da população e projeto fulcral para o bem-estar animal no concelho de Ourém, é pena que um projeto destes seja manifestamente insuficiente, mas melhor que aquilo que existe, cumpre os serviços mínimos.” -----

= JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria apenas de deixar uma nota histórica. -----

Foi citado o ano de 2015, mas, a ata de 19 de maio de 2008, houve uma decisão e passo a citar: “A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o proposto, mantendo-se, no entanto, o objetivo de se construir o canil de Ourém.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **02.18 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P063/2020 – CRIAÇÃO DO PASSADIÇO DO AGROAL.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32760**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assumir os compromissos plurianuais decorrentes do procedimento citado em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o processo registado sob o n.º 31.164/2020, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a anexar o Projeto de execução, o Anúncio, o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos, para efeitos do designado, com custos estimados em 325.986,90€ e pelo prazo de execução de 180 dias e a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, referindo, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço se baseou numa consulta efetuada ao mercado, sendo os preços adequados à economia atual e local. -----

Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, exarou no processo uma informação, datada de 09 do mês em curso, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.19 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – PROCESSO N.º 280/2018, DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS REPARADORAS DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32757**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, autorização para isentar a Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima, do pagamento de todas as taxas inerentes ao processo n.º 280/2018 – alteração de Jardim de Infância/Creche, sito em Cova da Iria, Freguesia de Fátima, em virtude



de se tratar de instituição reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública e considerando que presta um serviço relevante à comunidade. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 27.327/2020, da **CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS REPARADORAS DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA**, com sede na Rua Santo António, n.º 71, em Fátima, deste Concelho, a requerer a isenção das taxas de licença relativas ao pedido de licenciamento para alteração de Jardim de Infância/Creche, sito em Cova da Iria, da dita freguesia. -----

O processo encontra-se instruído com a informação datada de 01 de junho em curso, da **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**, que se passa a transcrever: “O requerente vem solicitar “...a isenção do pagamento de todas as taxas e licenças inerentes ao processo de creche/jardim infantil Relativamente a este pedido de isenção de taxas, informa-se que já foi feita informação interna no registo de MGD 40422/2019. Fez-se o respetivo enquadramento legal e mais tarde fez-se uma estimativa do valor das taxas a isentar. (o valor estimado não corresponde à realidade visto que o pedido de isenção entrou antes do processo e no seguimento da análise do mesmo sofreu alterações). Este pedido de isenção (40422) encontra-se na DGF, desde 28/04/2020. -----

Os valores já pagos são de: 202,60€ e 4.769,83€, relativo à entrada do processo e emissão de alvará, respetivamente. -----

Considerando que se trata de uma IPSS, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, conforme documento apresentado, nos termos do n.º1 do artigo 34.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Ourém: “Estão isentos do pagamento de taxas as entidades públicas ou privadas desde que beneficiem expressamente do regime de isenção previsto em preceito legal” conjugado com o n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, alterada pela Lei n.º 51/2018, 16 de agosto. -----

Face ao exposto deixa-se à consideração superior, o reembolso dos valores acima referido e já pagos, considerando que a entidade entregou declaração em como é pessoa coletiva de

utilidade pública, nos termos da alínea l) do Despacho n.º 6/83, de 4 de maio, do Senhor secretário de Estado da Segurança Social, publicado no DR n.º 116 -II série - de 20 de maio.”

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.20 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2020/2021.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32778**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, do seguinte modo: -----

----- Ano 2020 – 93.400,00 euros -----

----- Ano 2021 – 116.750,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Sobre o assunto designado em título, a **Divisão de Educação e Vida Saudável** prestou a informação registada sob o n.º 24.685/2020, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: “Como é do conhecimento de V<sup>a</sup>. Ex.<sup>a</sup> desde o ano letivo 2005/2006 foi proposto pelo Ministério da Educação e implementado pelo Município o programa de generalização do ensino do Inglês do 1º CEB. No primeiro ano, foram proporcionadas aos alunos dos 3.º e 4.º anos as aulas de Ensino do Inglês, alargando-se essas atividades, nos dois anos seguintes a outras áreas propostas (Ensino da Música e Atividade Física e Desportiva e a áreas alternativas possíveis

como a Expressão Plástica e o Movimento e Drama), sempre em articulação estreita com os agrupamentos de escolas e com outras entidades prestadoras de serviços. -----

A partir do ano letivo de 2008/2009 e até ao ano letivo 2012/13, as aulas incluíram a obrigatoriedade de Ensino de Inglês também para os 1.º e 2.º anos de escolaridade e, neste Município, foi introduzida a atividade de Animação Sócio-cultural, de forma a preencher duas horas semanais disponíveis, pelo facto de, em todas as outras atividades, ter sido reduzido o horário de 135 minutos para 90 minutos semanais, passando-se a designar-se Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC'S). -----

Considerando as alterações ocorridas ao Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho pelos: Despacho normativo n.º 7/2013, de 11 de junho, Despacho normativo n.º 7-A/2013, de 10 de julho, Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho, verificaram-se algumas inovações: as AEC's, no caso de promoção por entidade exterior à escola não poderão exceder, em regra, 5 horas por semana; o valor máximo da comparticipação financeira anual é de 150,00€; quando o agrupamento de escolas dispuser de recursos docentes de quadro para realização de uma ou mais AEC's, estes serão obrigatoriamente afetos às AEC's das entidades promotoras, mediante protocolo e com a entidade promotora, havendo lugar à devolução do montante correspondente, à disponibilização dos referidos recursos humanos no valor a transferir para a entidade promotora em termos a contar do respetivo contrato-programa. -----

Auscultados os Agrupamentos de Escolas, sobre as alterações legislativas para o ano letivo 2013/2014, todos foram favoráveis à implementação das AEC's na tipologia prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 10º do Despacho n.º 9 265-B/2013, de 15 de julho, ou seja, a Câmara Municipal é a entidade promotora e, por força do nº 3 deste art.º, com recurso a docentes do próprio Agrupamento; quanto à distribuição de minutos/atividades: o Agrupamento de Escolas de Ourém optou por 120 minutos de Atividades Físicas e Desportivas, 60 minutos de Animação Sócio-Cultural, 60 minutos do ensino/aprendizagem da Língua Inglesa e 60 minutos do ensino/aprendizagem da música; os agrupamentos de Escolas de Ourém e Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão optaram por 60 minutos de Atividades Físicas e Desportivas, 60 minutos de Animação Sócio-Cultural, 90 minutos do ensino/aprendizagem da Língua Inglesa e 90 minutos do ensino/aprendizagem da música. -----

De acordo com o disposto com o decreto-lei n.º 176/2014 de 12 de dezembro, “a disciplina de Inglês inicia-se, obrigatoriamente, no 3º ano de escolaridade” (...) “a partir do ano letivo 2015/16” (...) “e a partir do ano letivo de 2016-2017, no que respeita ao ano 4.º ano de escolaridade do ensino básico”. -----

No ano letivo 2019-2020, com a Nota Informativa n.º 1/2019 da DGEstE, de 30 de agosto, que menciona o seguinte: “No caso das turmas de 3.º ano, das escolas abrangidas pelo Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho, aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, ou seja, 25 horas curriculares (22h30 curriculares incluindo 2h de inglês + 2 horas e 30 minutos de intervalo) mais 5 horas de AEC conforme Anexo I do referido Decreto-Lei”, verificámos a necessidade de mais horas de atividades (2), para os alunos dos 3º e 4º anos. -----

Considerando as alterações ocorridas nos anos letivos anteriores, sugere-se que se programe o próximo ano letivo à semelhança do ano anterior, isto é, envolvendo as seguintes entidades para o ano letivo 2019/2020: -----

<b>Entidade</b>	<b>NIPC</b>
Município de Ourém	501280740
Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão	600079163
Agrupamento de Escolas de Ourém	600082881
Agrupamento de Escolas Conde de Ourém	600082385
INSIGNARE - Associação de Ensino e Formação	502964685
Ourearte - Escola de Música e Artes de Ourém	506518604
CMAC – Conservatório de Música e Artes do Centro, CRL	514061758

Para que o programa, no ano letivo 2020/2021, seja viável é imprescindível que os Agrupamentos de Escolas flexibilizem os horários curriculares de forma a que os alunos possam ter as AEC no início da manhã (9:00-11:00 ou 9:00-12:00) ou no início da tarde (13:30-15:30), para além do horário das 15:30 às 17:30. Só assim será possível atribuir aos professores das AEC horários sustentáveis, atribuindo-lhes turmas com atividades distribuídas entre as 9:00 e as 17:30. -----

Em reuniões realizadas com os Agrupamentos de Escolas, foi decidido que cada agrupamento organizaria os seus horários, compatibilizando as horas das aulas curriculares com as de

Atividades e Enriquecimento Curricular. Nas escolas mais pequenas, foram associados todos os alunos na mesma turma, procurando rentabilizar recursos e evitar duplicação de transportes. Os valores anuais por turma propostos para pagamento às entidades prestadoras dos serviços são os constantes do quadro seguinte: -----

Actividade	Valores
Ensino do Inglês (60 minutos/semana)	16,50 €*
Ensino do Inglês (120 minutos/semana)	33,00 €*
Atividade Física e Desportiva (60 minutos/semana)	16,50 €*
Atividade Física e Desportiva (120 minutos/semana)	33,00 €*
Ensino da Música (60 minutos/semana)	16,50 €*
Animação Sócio-cultural (60 minutos/semana)	16,50 €*
Animação Sócio-cultural (120 minutos/semana)	33,00 €*

\*Prevemos que o ano letivo tenha 35 semanas de aulas

Tendo em conta o plano de pagamento do ano letivo 2019/2020, prevê-se que a despesa referente às AEC's para o ano letivo 2020/2021 seja de 210.150,00€. No que se refere à comparticipação financeira do ME o Município poderá vir a receber uma comparticipação de 200.000,00. -----

**Face ao exposto e no âmbito da preparação do ano letivo 2020/2021, propõe-se a adoção das diligências conducentes à aprovação, pelo órgão executivo, da realização de AEC's.**

**Salienta-se que os valores descritos (despesa do Município e comparticipação do Ministério da Educação), poderão alterar em função das seguintes condicionantes: -----**

- a comparticipação financeira do ME poderá diminuir, devido ao número de alunos; -----
- a comparticipação financeira do ME poderá diminuir, com a dedução do montante correspondente às Atividades lecionadas por parte dos docentes dos agrupamentos de escolas. -----

À consideração superior, ". -----

Do processo fazem ainda parte as informações, que se passam a especificar: -----

- Datada de 04 de junho em curso, do **Setor de Contabilidade**, a referir que o valor a assumir em 2020 é de 93.400,00€ e em 2021 é de 116.750,00€; -----

- Datada daquele mesmo dia, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a dar conta de que a despesa proposta dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.21 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ANO LETIVO 2020/2021.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32967**, datado de **2020.06.18**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, do seguinte modo: -----

----- Ano 2020 – 150.860,00 euros -----

----- Ano 2021 – 264.005,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito do assunto designado em epígrafe, a **Divisão de Educação e Vida Saudável** prestou a informação registada sob o n.º 24.918/2020, a propor a transferência das verbas, constantes da tabela anexa ao processo, para as entidades gestoras dos serviços de animação e de apoio à família do Pré-escolar, nomeadamente nas vertentes de fornecimento de refeições e prolongamento de horário, no ano letivo 2020/2021, no montante total de 414.865,00€ e bem assim a renovação dos protocolos celebrados com as referidas entidades. -----

Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, exarou no processo uma informação, datada de 04 do mês em curso, a dar conta de que a despesa proposta dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **02.22 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REFEIÇÕES ESCOLARES – ANO LETIVO 2020/2021.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32819**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, do seguinte modo: -----

----- Ano 2020 – 177.927,68 euros -----

----- Ano 2021 – 181.515,18 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Sobre o assunto designado em título, a **Divisão de Educação e Vida Saudável** prestou a informação registada sob o n.º 28.807/2020, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: “Com o intuito de poder efetuar a cabimentação dos montantes necessários para a elaboração do caderno de encargos fez-se uma previsão do custo, com base nos valores máximos obtidos no acordo de quadro da CIMT, de: -----

- Fornecimento de matéria-prima alimentar e não alimentar para a elaboração de refeições nas cantinas dos Agrupamentos de Escolas de Ourém e Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão - Lote 3; -----

- Fornecimento e distribuição agregado de refeições escolares em regime de confeção local e transportes a quente (confeção na EB 2,3 D. Afonso, IV Conde de Ourém, transporte para Centro Escolar N.ª Sr.ª das Misericórdias, EB1/JI Pinheiro e EB1/JI Mata) - Lote 4; -----

**Lote 3- Fornecimento de matéria-prima alimentar e não alimentar**

		2020	2021	Total	Valor Refeição 1,5€
		Set-Dez	Jan-Ago		
Agrupamento de Escolas de Ourém	Escola Secundária de Ourém	20244	27295	47539	71308,5
	EB23 de Freixianda	27295	23595	50890	76335
Agrupamento C.M.L.Perdigão - Caxarias	EB23 - Caxarias	18907	31567	50474	75711
					223 354,50€

**Lote 4- Fornecimento e distribuição agregado de refeições escolares em regime de confeção local e transportes a quente**

		2020	2021	Total	Valor Refeição 2,10€/2,58€
		Set-Dez	Jan-Ago		
Agrupamento de Escolas Conde de Ourém	EB 23 Conde de Ourém	12648	17594	30242	63508,2
	Centro Escolar das Misericórdias	5508	8343	13851	35735,58
Agrupamento de Escolas de Ourém	EB1/JI Pinheiro	3876	5871	9747	25147,26
Agrupamento C.M.L.Perdigão - Caxarias	EB1/JI da Mata	2720	4120	6840	17647,2
					142 038,24 €

Face ao exposto, coloca-se à consideração de V.ª Ex.ª a autorização para cabimentar e encaminhar o processo para apreciação do órgão executivo, nomeadamente, para aprovação da despesa depois de cabimentada: -----

**Lote 3:** -----

Valor total de 223.354,50€ para o ano letivo de 2020/2021, sendo que o valor de 99.669,00€ corresponde ao período de setembro a dezembro de 2020 e o valor de 123.685,50€ corresponde ao período de janeiro a agosto de 2021; -----

**Lote 4:** -----



**- Apenas confeção - valor total de 63.508,20€ para o ano letivo de 2020/2021, sendo que o valor de 26.560,80€ corresponde ao período de setembro a dezembro de 2020 e o valor de 36.947,40€ corresponde ao período de janeiro a agosto de 2021; -----**

**- Confeção mais transporte - valor total de 78.530,04€ para o ano letivo de 2020/2021, sendo que o valor de 31.228,32€ corresponde ao período de setembro a dezembro de 2020 e o valor de 47.301,72€ corresponde ao período de janeiro a agosto de 2021. -----**

À consideração superior.” -----

(Aprovado em minuta) -----

Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, exarou no processo uma informação, datada de 04 do mês em curso, a dar conta de que a despesa proposta dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

**----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS. -----**

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.23 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2020/2021. -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32781**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, do seguinte modo: -----

----- Ano 2020 – 165.000,00 euros -----

----- Ano 2021 – 247.500,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao assunto supra referenciado, foi apresentada a informação registada sob o n.º 25.496/2020, da **Divisão de Educação e Vida Saudável**, que se passa a transcrever: “Analisados os dados referentes ao Programa de Generalização das refeições escolares do 1º CEB do presente ano letivo, estima-se que o custo com as refeições, para o ano letivo 2020/2021, atinja um montante de 412.500,00€, sendo 165.000,00€ para o ano civil de 2020 e 247.500,00 € para 2021, conforme valores apresentados no seguinte quadro: -----

Entidade Gestora	Previsão mensal a transferir para a instituição	Valor estimado a transferir de setembro a dezembro 2020	Valor estimado a transferir de janeiro a junho 2021	Valor estimado a transferir ano letivo 2020_21
Associação de Pais de Urqueira Norte	750,00 €	3 000,00 €	4 500,00 €	7 500,00 €
Centro Social de Casal dos Bernardos	750,00 €	3 000,00 €	4 500,00 €	7 500,00 €
Associação de Pais de Rio de Couros	950,00 €	3 800,00 €	5 700,00 €	9 500,00 €
APAJEFÁTIMA	14 000,00 €	56 000,00 €	84 000,00 €	140 000,00 €
APDAF	4 500,00 €	18 000,00 €	27 000,00 €	45 000,00 €
Centro de Apoio Social do Olival	1 400,00 €	5 600,00 €	8 400,00 €	14 000,00 €
Centro de Bem-Estar do Bairro	750,00 €	3 000,00 €	4 500,00 €	7 500,00 €
Associação Cultural e Recreativa de Alburitel	1 450,00 €	5 800,00 €	8 700,00 €	14 500,00 €
Centro de 3ª Idade de Gondemaria	2 200,00 €	8 800,00 €	13 200,00 €	22 000,00 €
Centro Desp.Social e Cult. Cercal, Vales e Ninho	1 000,00 €	4 000,00 €	6 000,00 €	10 000,00 €
Centro Social Paroquial da Freguesia de Atougua	1 500,00 €	6 000,00 €	9 000,00 €	15 000,00 €
Centro Social Paroquial Espírito Santo – Lagoa Furadouro	2 000,00 €	8 000,00 €	12 000,00 €	20 000,00 €
Centro Social Paroquial S. João Baptista de Espite	800,00 €	3 200,00 €	4 800,00 €	8 000,00 €
Jardim Infantil de Ourém	5 100,00 €	20 400,00 €	30 600,00 €	51 000,00 €
Centro Social Matas	650,00 €	2 600,00 €	3 900,00 €	6 500,00 €
Fundação Obra N.ª Sr.ª da Purificação	950,00 €	3 800,00 €	5 700,00 €	9 500,00 €
Agrupamento de Escolas de Ourém	1 400,00 €	5 600,00 €	8 400,00 €	14 000,00 €
Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão	1 100,00 €	4 400,00 €	6 600,00 €	11 000,00 €
	<b>41 250,00 €</b>	<b>165 000,00 €</b>	<b>247 500,00 €</b>	<b>412 500,00 €</b>

Considerando as vantagens do processo de sistematização de transferências mensais de verbas para as instituições que prestam o serviço de refeições do 1º CEB, sugere-se a adoção do mesmo procedimento do ano anterior. -----

**Face ao exposto, coloca-se à consideração de V.ª Ex.ª a autorização para cabimentar e encaminhar o processo para apreciação do órgão executivo, nomeadamente, para aprovação:** -----

**A.-Da despesa na vertente das refeições escolares, bem como o respetivo pagamento mensal com base na estimativa proposta, depois de cabimentada a verba total de 412.500,00€ para o ano letivo de 2020/2021, sendo 165.000,00€ para o ano civil 2020 e 247.500,00€ para o ano civil 2021;** -----

**B.-Da renovação dos protocolos de cooperação celebrados com as entidades prestadoras de serviços, para o ano letivo 2020-2021, com início a 01 de setembro de 2020;** -----

À consideração superior,”. -----

Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, exarou no processo uma informação, datada de 04 do mês em curso, a dar conta de que a despesa proposta dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

**----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.24 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR, DOS 1.º, 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E DO ENSINO SECUNDÁRIO/PROFISSIONAL – ANO LETIVO 2020/2021. -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32737**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, do seguinte modo: -----

----- Ano 2020 – 324.169,36 euros -----

----- Ano 2021 – 486.254,05 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 28.296/2020, do **Setor de Mobilidade e Transportes**, a propor conforme se passa a transcrever: “(...) Assim, propõe-se que sejam cabimentados os montantes referentes às comparticipações financeiras nas vinhetas e circuitos de transportes escolares para os alunos do Ensino Pré-Escolar, dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário e Profissional não financiado pelo Programa Ocupacional Capital Humano (POCH) sendo **o valor previsto para o ano civil de 2020 de 324.169,36€ (com IVA incluído) e para o ano civil 2021 de 486.254,05€ (com IVA incluído)**, conforme descrito na seguinte tabela: -----

Descrição RT	Montante despesas ano civil 2020	Montante despesas ano civil 2021	Montante total ano letivo 2019/21
Comparticipação em 100% no transporte escolar dos alunos do Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico	84 969,36 €	127.454,05 €	212.423,41 €
Comparticipação em 100% no transporte escolar dos alunos dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	204 000,00 €	306 000,00 €	510 000,00 €
Comparticipação em 100% no transporte escolar dos alunos do Ensino Secundário e Profissional não financiado pelo POCH	35 200,00 €	52 800,00 €	88 000,00 €
<b>Montante despesas ano letivo 2020/2021</b>	<b>324 169,36 €</b>	<b>489 254,05 €</b>	<b>810 423,41 €</b>

**Propõe-se ainda que, efetuado o cabimento, este processo seja encaminhado para análise e aprovação par parte do executivo camarário quanto aos seguintes pontos: -----**

1. **Aprovação da comparticipação em 100% nos circuitos de transportes escolares assegurados pela rede de transportes escolares da Rodoviária do Tejo para os alunos do Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico; -----**
2. **Aprovação da comparticipação em 100% do montante da vinheta de transporte escolar para os alunos dos 2.º ciclo e 3.º ciclos do Ensino Básico, desde que respeitadas as condições de matrículas; -----**
3. **Aprovação da comparticipação em 50% do montante da vinheta de transporte escolar para os alunos do Ensino Secundário e Profissional não financiado pelo Programa Ocupacional Capital Humano (POCH), desde que respeitadas as condições de matrículas; -----**
4. **Aprovação da comparticipação em 100% do montante da vinheta de transporte escolar para os alunos com medidas adicionais no âmbito do diploma da inclusão (Ensino Especial) do Ensino Secundário e do Ensino Profissional não abrangidos pelo POCH, desde que respeitadas as condições de matrículas; -----**
5. **Aprovação das despesas inerentes aos transportes escolares dos alunos do Concelho de Ourém acima mencionados, para o ano letivo 2020-2021, no valor de 324.169,36€ (com IVA incluído) para o ano civil 2020 e de 486.254,05€ (com IVA incluído) para o ano civil 2021. (...).” -----**

Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, exarou no processo uma informação, datada 04 de junho em curso, a dar conta de que a despesa proposta dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos compromissos e dos Pagamentos em Atraso.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.25 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----**

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou de que não se tinham verificado pedidos de intervenção, por parte do público. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- Neste momento, tomando a palavra, a 1.<sup>a</sup> SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário sobre a aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas, após aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas vinte e três horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO